



**20
25**

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS (VOLUME I)**



Índice

BALANÇO	11
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	17
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	23
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	29
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
<i>Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico</i>	35
<i>Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros</i>	38
<i>Nota 3 – Ativos Intangíveis</i>	47
<i>Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente</i>	49
<i>Nota 5 – Ativos fixos tangíveis</i>	50
<i>Nota 6 – Locações</i>	59
<i>Nota 7 – Custos de Empréstimos Obtidos</i>	60
<i>Nota 8 – Propriedades de investimento</i>	62
<i>Nota 9 – Imparidades de ativos</i>	62
<i>Nota 10 – Inventários</i>	64
<i>Nota 11 – Agricultura</i>	65
<i>Nota 13 – Movimentos de transações com contraprestação</i>	66
<i>Nota 14 – Movimentos de transações sem contraprestação</i>	67
<i>Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</i>	69
<i>Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato</i>	80
<i>Nota 18 – Instrumentos financeiros</i>	82
<i>Nota 19 – Benefícios dos empregados</i>	83
<i>Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas</i>	86
<i>Nota 21 – Relato por segmentos</i>	87
Outras Divulgações	102

Índice de Quadros

Q.1 - Desagregação de caixa e depósitos	37
Q.2 - Reexpressão retrospectiva	46
Q.3.1 - Variação das amortizações e perdas por imparidades	47
Q.3.2 - Quantia escriturada e variações no período	48
Q.3.2A - Desagregação das adições	48
Q.3.2B - Desagregação das diminuições	49
Q.4 - Contratos concessão (concedente)	50
Q.5.1 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	51
Q.5.2 - Quantia escriturada e variações no período	52
Q.5.2A - Desagregação das adições	54
Q.5.2B - Desagregação das diminuições	58
Q.6.2 - Locações operacionais - Locatário	59
Q.7 - Empréstimos obtidos - empréstimos bancários	60
Q.8.2 - Propriedades de Investimento - modelo do custo	62
Q.9.1 - Imparidades de Ativos	63
Q.10.1 - Inventários	64
Q.10.2 - Inventários - Movimentos do período	65
Q.11.1 - Agricultura (variações)	65
Q.13.1 - Movimentos de transações com contraprestação	67
Q.14.1 - Rendimentos sem contraprestação	68
Q.15.1 - Provisões	69
Q.18.1 - Ativos financeiros	82
Q.18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos	83
Q.19.1 - Valor presente da obrigação de benefícios definidos	84
Q.19.3 - Gastos reconhecidos no período	85
Q.20.1 - Listagem das entidades controladas	86
Q.20.2 - Transações entre partes relacionadas	87

Demonstrações Financeiras

RESPONSABILIDADE PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(cfr. Parágrafo 12 da NCP 1)

1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Responsabilidade	Nome	Cargo / Órgão
Elaboração	Bruno Miguel Mouco	Diretor de Departamento
Apresentação	Isaltino Morais	Presidente da Câmara
Aprovação	Isaltino Morais	Presidente da Câmara

Apresentação e Observações às Demonstrações Financeiras do Município

As presentes demonstrações financeiras do Município foram elaboradas com o objetivo de proporcionar informação relevante e fidedigna sobre a sua posição financeira, o seu desempenho económico e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

À data de relato, o Município assegura a plena aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), tendo concluído a implementação integral das Normas de Contabilidade Pública (NCP) legalmente exigíveis. Estas normas encontram-se devidamente refletidas nas demonstrações financeiras de 2025, em estrita observância dos princípios de reconhecimento, mensuração e divulgação estabelecidos no enquadramento conceptual e normativo em vigor, garantindo a fidedignidade e a transparência da informação reportada.

As demonstrações financeiras apresentam, de forma fidedigna e em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis ao setor público, a posição financeira, o desempenho económico-financeiro e os fluxos de caixa à data do relato. Estas demonstrações permitem a identificação e avaliação dos ativos, passivos e capital próprio, bem como dos rendimentos e gastos reconhecidos no período, proporcionando uma visão abrangente da variação nos recursos financeiros líquidos entre datas de relato.

A informação reportada constitui um instrumento fundamental para a transparência da gestão pública, o cumprimento das obrigações de *accountability* e o suporte à tomada de decisão informada por parte dos órgãos executivos, deliberativos e demais *stakeholders*, incluindo os munícipes.

Através da análise que a seguir se apresenta às demonstrações financeiras - o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo – procura-se satisfazer as necessidades de um conjunto diversificado de utilizadores que, de um modo geral, se agrupam em necessidades de informação para efeitos de responsabilização pela prestação de contas (*accountability*) e em necessidades de informação para a tomada de decisões.



Balanço



Município de Oeiras

Balço em 31 de Dezembro de 2025

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	813 405 203,28	698 314 985,31
Propriedades de investimento	8	16 573 043,00	16 926 644,72
Ativos intangíveis	3	897 616,05	953 572,76
Ativos biológicos	9/11	91 838,66	91 838,66
Participações financeiras	18/20	131 719 859,84	127 060 094,11
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		962 687 560,83	843 347 135,56
Ativo corrente			
Inventários	10/11	2 768 768,92	3 111 311,05
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9		22 769 333,30
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes	9	1 682 232,05	1 971 499,88
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	9	62 184 080,71	45 347 631,29
Diferimentos		2 828 388,19	1 139 508,03
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros	18		4 600 000,00
Ativos não correntes detidos para venda		373 324,78	532 407,82
Caixa e depósitos	1	22 911 407,54	30 959 162,94
		92 748 202,19	110 430 854,31
Total do Ativo		1 055 435 763,02	953 777 989,87
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		328 550 651,17	328 550 651,17
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		81 433 782,13	81 433 782,13
Resultados transitados	2	212 383 220,45	193 643 015,52
Ajustamentos em ativos financeiros		106 933 288,70	106 740 985,19
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido	2/5	148 956 699,05	89 659 636,09
Resultado líquido do período		43 468 630,52	11 532 947,34
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		921 726 272,02	811 561 017,44

Município de Oeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2025

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	549 034,30	660 587,78
Financiamentos obtidos	7	37 467 118,72	36 126 906,89
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos		44 311 883,42	58 866 534,83
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar		18 732 319,52	16 794 212,01
		101 060 355,96	112 448 241,51
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		2 860 467,33	
Fornecedores		4 300 460,82	4 308 910,16
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		1 883 906,21	1 361 222,63
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	942 106,41	979 617,00
Fornecedores de investimentos		5 743 530,96	1 441 449,94
Outras contas a pagar		14 799 272,82	17 616 561,17
Diferimentos		2 119 390,49	4 060 970,02
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		32 649 135,04	29 768 730,92
Total do Passivo		133 709 491,00	142 216 972,43
Total do Património Líquido e Passivo		1 055 435 763,02	953 777 989,87

ANÁLISE BALANÇO

Conforme estipulado no ponto 8.3. da NCP1 do SNC-AP, o Balanço é o instrumento financeiro que tem como principal objetivo proporcionar informação sobre a posição financeira (património líquido), através da análise, à data do relato, da diferença entre os seus ativos e passivos, possibilitando, igualmente, informação comparativa com o período anterior e a avaliação das alterações entretanto ocorridas.

Os elementos relacionados com a avaliação da posição financeira no Balanço são os ativos e os passivos (classificados em correntes e não correntes), as contribuições para o património líquido e as distribuições do mesmo.

No ativo não corrente, verifica-se um aumento de 119,3 milhões de euros que inclui a incorporação no Ativo de parcelas de terreno cedidas para o domínio privado do Município no âmbito de licenças de loteamento, bem como por cedências, no âmbito das transferências de competências na área da saúde e da educação, no montante aproximado de 34 milhões de euros. Verificou-se, ainda, um aumento dos investimentos em ativos fixos em curso no montante de 81,7 milhões, dos quais cerca de 56 milhões dizem respeito aos diversos programas de habitação do Município.

No ativo corrente, regista-se uma diminuição de 17,7 milhões de euros. A rubrica “Outras contas a receber” regista um aumento de cerca de 16,8 milhões de euros, resultando do aumento de estimativas de rendimentos. Acresce ainda, uma diminuição no ativo corrente, originado pela alienação dos Certificados Especiais de Dívida Pública (CEDIC) no montante de 4,6 milhões de euros. A rubrica de “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis” apresenta um saldo nulo à data de relato, refletindo o estrito cumprimento do entendimento técnico vertido na FAQ 42 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC). Este ajustamento visa harmonizar as práticas contabilísticas e de relato adotadas pelo Município com as orientações mais recentes da CNC.

No passivo não corrente, verifica-se uma diminuição de cerca de 11,4 milhões de euros. Maioritariamente explicado pelos montantes concedidos pelo IHRU no âmbito dos projetos do PRR e da diminuição dos Diferimentos de acordo com a regularização ao abrigo da FAQ 42 tal como referido no parágrafo anterior.

No passivo corrente, verifica-se um acréscimo de 2,9 milhões de euros face ao período homólogo. Na rubrica “Fornecedores de investimento.”, verifica-se um acréscimo do valor em dívida face ao período homólogo, na sequência da transição de parte das obrigações do mês de dezembro a ser pagas no exercício seguinte.

O montante inscrito na rubrica de 'Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis' reporta-se a subsídios atribuídos cujos requisitos de atribuição foram cumpridos em 2025, permanecendo o respetivo pagamento pendente à data de 31 de dezembro. Este saldo configura uma responsabilidade de curto prazo, a regularizar no curto prazo, garantindo a correta periodização dos gastos e a fidedignidade do passivo corrente do Município.

No que se refere às restantes variações, as mesmas encontram-se discriminadas nas notas ao presente anexo.

Demonstração de Resultados por Natureza



Município de Oeiras

Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2025

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Impostos, contribuições e taxas	14	191 374 876,38	135 637 551,22
Vendas	13	413 831,05	475 858,40
Prestações de serviços e concessões	13	17 361 629,36	16 729 378,99
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	51 318 831,26	47 764 129,67
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre	20	3 317 242,23	2 851 762,50
Trabalhos para a própria entidade			
Variações nos inventários da produção		234 700,60	462 661,92
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários tr	10	-2 443 266,56	-2 478 215,43
Fornecimentos e serviços externos		-90 544 148,72	-78 674 799,08
Gastos com pessoal	19	-69 854 017,36	-65 765 907,08
Transferências e subsídios concedidos		-39 100 564,21	-38 011 521,60
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	10	-50 011,11	82 607,39
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	185 413,27	-72 902,39
Provisões (aumentos/reduções)	15	-118,76	-63 497,32
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			892,90
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	2	8 816 998,43	20 191 864,70
Outros gastos	2	-3 923 895,96	-3 905 657,48
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		67 107 499,90	35 224 207,31
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-22 790 262,62	-22 787 836,24
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		44 317 237,28	12 436 371,07
Juros e rendimentos similares obtidos		280 686,67	380 110,94
Juros e gastos similares suportados		-1 129 293,43	-1 283 534,67
Resultado antes de impostos		43 468 630,52	11 532 947,34
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		43 468 630,52	11 532 947,34
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade que controla			
Interesses que não controlam		43 468 630,52	11 532 947,34

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo ao disposto no ponto 8.4. da NCP1 do SNC-AP, a Demonstração de Resultados por Natureza é o instrumento que proporciona informação sobre o desempenho financeiro, durante o período de relato, evidenciando assim um resumo dos rendimentos e dos gastos, de acordo com a natureza dos factos que os originaram, apurando o seu saldo final – o Resultado Líquido do Exercício - em comparação com o exercício económico anterior. Esta informação permite assim aos utilizadores avaliar se o Município usou com eficiência e eficácia os fundos para atingir os seus objetivos.

Conta DR	Descrição	2025	2024	Diferença	Observações
62139	Outros	10 303	114 351	-104 048	Readequação dos critérios de classificação de gastos
62171	Tratamento de RSU's	3 747 178	3 912 815	-165 636	Atividade corrente
62192	Iluminação Pública	2 075 685	2 363 333	-287 648	Variações das tarifas de acesso às redes, nomeadamente dos CIEG (Custos de interesse económico geral) que são resultantes de decisões de política energética,, ambiental ou de interesse económico geral, aprovadosw pelo regulador dos serviços energéticos ERSE
62212	Projetos e serviços de informática	2 658 285	2 982 635	-324 350	Aumento dos serviços de desenvolvimento de aplicações e serviços disponibilizados (Atendimento, Urbanismo, Escolas, ERP Gestão)
62213	Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	1 644 765	2 026 935	-382 170	Ajuste na política contabilística - Classificação de operações como ativo e não gasto
62216	Organização de eventos	4 556 608	2 837 194	1 719 414	Este incremento reflete o reforço da estratégia municipal na promoção de eventos de lazer e dinamização cultural, bem como a intensificação de iniciativas de informação
6222	Publicidade, comunicação e imagem	1 718 019	1 226 818	491 201	Este incremento reflete o reforço da estratégia municipal de comunicação
6223	Vigilância e segurança	2 582 429	1 822 797	759 633	Transferência de competências, escolas e centros de saúde
62251	De cobrança de impostos e taxas	3 627 153	2 399 601	1 227 552	Reflete o aumento dos gastos associados ao aumento da cobrança de impostos
622611	Edifícios	8 180 838	4 604 808	3 576 029	Ajuste na política contabilística - Classificação de operações que aumentam a vida útil dos ativos como ativo e não gasto
62261201	Conservação e repar. Equipamentos	1 385 171	880 906	504 265	Atividade corrente, fruto da transferência de competências na área da saúde e educação
622612022	Conservação e repar.e Equipamento Máquinas Outras	1 166 067	1 437 656	-271 589	Atividade corrente
62261302	Conservação e reparação Viaturas- Outras	435 629	205 889	229 740	Atividade corrente
62261999	Conservação e reparação de ativos fixos - Outros	6 284 809	5 690 515	594 294	Ajuste na política contabilística - Classificação de operações que aumentam a vida útil dos ativos como ativo e não gasto
622691	Espaços Verdes	8 004 844	7 369 638	635 206	Atividade corrente
622699	Outros	1 919 918	1 393 338	526 581	Mudança de critério de lançamento e classificação de serviços
6229	Outros serviços especializados	3 872 357	2 895 185	977 173	Atividade corrente
6231202	Materiais/Peças - Máq. Viaturas - Outros	404 617	219 327	185 290	Atividade corrente
6234	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	478 220	653 128	-174 908	Atividade corrente
6239	Outros materiais diversos de consumo	568 587	710 604	-142 017	Atividade corrente
6241	Eletricidade	2 630 023	1 841 193	788 830	Transferência de competências, escolas e centros de saúde; Instalações próprias
62421	Gasóleo	1 447 014	1 241 377	205 637	Atividade corrente
6243	Água	1 838 939	1 352 344	486 595	Transferência de competências, escolas e centros de saúde; Instalações próprias
62612	Edifícios	1 148 272	1 288 867	-140 595	Atividade corrente
62614	Material de Transporte	1 701 591	1 491 639	209 952	Atividade corrente
62615	Equipamento	1 388 358	1 139 130	249 228	Atividade corrente
62619	Outros	1 475 300	1 660 681	-185 380	Atividade corrente
6264	Royalties	73 750	390 984	-317 235	Sociedade Portuguesa de Autores
62692	Serviços de Educação	725 511	875 832	-150 321	Transferência de competências, escolas.
6269902	Serviços Sociais	307 793	113 880	193 914	Atividade corrente
6269999	Outros Serviços	2 811 246	2 200 710	610 536	Atividade corrente
Total de gastos da seleção		60 504 301	51 471 507	9 032 795	
Total Gastos		90 544 149	78 674 799	11 869 350	

Das observações à Demonstração dos Resultados por Natureza, no que diz respeito aos gastos, verifica-se o aumento na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” da Demonstração de Resultados, de cerca de 11,9 milhões de euros face ao período anterior.

No que se refere aos rendimentos, verifica-se uma variação de 49 milhões de euros face ao período anterior a qual se discrimina no quadro *infra*.

Conta DR	Descrição	2025	2024	Diferença	Observações
701	Impostos diretos	88 534 633	66 589 029	21 945 604	Aumento da receita do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e da Derrama
702	Impostos indiretos	87 917 088	52 435 891	35 481 197	Aumento das receitas com IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões)
704	Taxas, multas e outras penalidades	14 923 155	16 612 631	-1 689 476	Diminuição das receitas com processos de loteamento (2,8 M€)
71	Vendas	413 831	475 858	-62 027	Essencialmente venda de vinho Villa Oeiras
72	Prestações de serviços e concessões	17 361 629	16 729 379	632 250	Resíduos sólidos
73	Variações nos inventários da produção	234 701	462 662	-227 961	Acertos na produção do vinho Villa Oeiras
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	51 318 831	47 764 130	3 554 702	Aumento das verbas transferidas relativas à Participação no IRS e no IVA, e nas receitas provenientes da transferência de competências (Lei 50/2021B), principalmente Educação e Saúde
76	Reversões	428 430	254 246	174 184	Reversão da provisão com processos judiciais e reversão das imparidades com inventários
78	Outros rendimentos	12 460 640	23 134 031	-10 673 391	Em 2024 registou-se a mais-valia da venda dos terrenos (antiga CNP) que é relevante e justifica a diferença
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	280 687	380 111	-99 424	Atividade corrente
Total Rendimentos		273 873 626	224 837 968	49 035 657	

Embora a atividade municipal não tenha uma finalidade lucrativa, a eficiência na gestão dos recursos públicos é evidenciada pela performance financeira do exercício. Neste âmbito, destaca-se o EBITDA (Resultado antes de Depreciações e Gastos de Financiamento), que atingiu o montante de 67,1 milhões de euros, sublinhando a robusta capacidade de libertação de meios para o financiamento da atividade operacional e de investimento. O Resultado Líquido do Período fixou-se em 43,4 milhões de euros, o que representa um crescimento de 31,9 milhões de euros face ao ano anterior. Este desempenho positivo é o reflexo direto da trajetória de crescimento das receitas correntes e de capital, as quais foram estrategicamente canalizadas para o reforço do investimento em ativos fixos, assegurando a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade.

No que se refere às restantes variações, as mesmas encontram-se discriminadas nas notas ao presente anexo.

Demonstração das Alterações do Património Líquido



Município de Oeiras

Ano: 2025

Descrição	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla							Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido				
		Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros			Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período	(1)	328 550 651,17	0,00	0,00	0,00	81 433 782,13	193 643 015,52	106 740 985,19	0,00	89 659 636,09	11 532 947,34	811 561 017,44	0,00	811 561 017,44
Alterações no período														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 207 257,59	0,00	0,00	0,00	0,00	7 207 257,59	0,00	7 207 257,59
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 532 947,34	192 303,51	0,00	41 790 790,90	-11 532 947,34	41 983 094,41	0,00	41 983 094,41
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 740 204,93	192 303,51	0,00	59 297 062,96	-11 532 947,34	66 696 624,06	0,00	66 696 624,06
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43 468 630,52	43 468 630,52	0,00	43 468 630,52
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										31 935 683,18	110 165 254,58	0,00	110 165 254,58
Operações com detentores de capital no período														
Subscrições de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	328 550 651,17	0,00	0,00	0,00	81 433 782,13	212 383 220,45	106 933 288,70	0,00	148 956 699,05	43 468 630,52	921 726 272,02	0,00	921 726 272,02

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Nos termos do ponto 8.5. da NCP1 do SNC-AP, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, permite proporcionar informação sobre as alterações no património líquido do Município, evidenciando o resultado do período, os rendimentos e os gastos que sejam reconhecidos diretamente no património líquido, bem como os efeitos de alterações de políticas contabilísticas e correções de erros, com impacto em cada uma das componentes do património líquido. De realçar ainda que, de acordo com o SNC-AP, o Património Líquido do Município, é o interesse residual nos seus ativos, depois de deduzidos os passivos, mostrando, portanto, a sua posição financeira líquida à data de relato.

Assim, a Demonstração das Alterações no Património Líquido concede, aos vários utilizadores, a possibilidade de entender como a entidade alterou a sua posição financeira e a causa dessas alterações, permitindo, igualmente, comparar as alterações no património líquido, entre duas datas de relato, refletindo os aumentos ou as diminuições dos respetivos ativos e passivos, sendo particularmente relevante perceber se essas alterações se deveram a políticas e procedimentos internos à entidade, ou se se deveram a operações com detentores de capital.

Destacam-se as seguintes alterações no Património Líquido:

- a) As Reservas Legais mantêm-se inalteradas;

Nos Resultados Transitados, foi incorporado o valor do Resultado Líquido do Exercício de 2024, verificando-se ainda o reflexo das regularizações (ver quadro Q.2 – 2 Reexpressão retrospectiva), registados como correção de erros materiais no montante de 7,2 milhões de euros, de acordo com a instrução da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), estando as mesmas desenvolvidas nas notas ao presente anexo;

- b) Nos Ajustamentos em Ativos Financeiros, verificaram-se as variações do cálculo do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) das empresas participadas; e
- c) Nas Outras Variações do Património Líquido, foram registados novos subsídios e as amortizações dos bens subsidiados, bem como a transferência de parcelas de terreno cedidas para o domínio privado do Município no âmbito de licenças de loteamento, bem como por cedências, no âmbito das transferências de competências na área da saúde e da educação, no valor de cerca de 59,3 milhões de euros.

Demonstração de Fluxos de Caixa



Município de Oeiras

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2025

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2025	31/12/2024
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		19 242 304,93	14 812 268,41
Recebimentos de contribuintes		158 098 068,22	113 333 322,31
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		51 535 314,80	48 602 980,85
Recebimentos de utentes		15 129 155,72	15 809 685,29
Pagamentos a fornecedores		-76 894 737,80	-66 755 966,11
Pagamentos ao pessoal		-71 268 446,17	-63 762 249,68
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-39 113 156,32	-39 729 019,02
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		56 728 503,38	22 311 022,05
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		8 625 033,92	7 649 354,86
Outros pagamentos		-9 134 599,35	-9 499 861,37
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		56 218 937,95	20 460 515,54
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-101 110 587,23	-67 840 054,65
Ativos intangíveis		-160 489,66	-421 170,15
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 852 769,90	12 696 999,50
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		4 639 155,12	4 642 354,34
Subsídios ao investimento		24 535 479,95	28 137 892,51
Transferências de capital		974 188,53	1 143 474,16
Juros e rendimentos similares		49 693,17	150 442,12
Dividendos		231 389,23	236 256,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-68 988 400,99	-21 253 805,41
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 314 525,69	10 887 860,49
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1 011 824,45	-695 870,92
Juros e gastos similares		-1 180 993,60	-1 096 331,56
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		121 707,64	9 095 658,01
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
- Equivalentes a caixa no início do período		-4 600 000,00	-9 500 000,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		30 959 162,94	17 756 797,10
De execução orçamental		13 345 737,77	3 256 694,22

Município de Oeiras

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2025

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2025	31/12/2024
De operações de tesouraria		17 613 425,17	14 500 102,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período		22 911 407,54	35 559 162,94
- Equivalentes a caixa no fim do período			-4 600 000,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		22 911 407,54	30 959 162,94
De execução orçamental		4 046 348,61	13 345 737,77
De operações de tesouraria		18 865 058,93	17 613 425,17

ANEXO às

Demonstrações Financeiras

O Anexo, também considerado pela NCP 1 do SNC-AP como uma demonstração financeira, compreende um resumo das políticas contabilísticas significativas, bem como um conjunto de notas explicativas que complementam a informação das demais demonstrações financeiras do Município, com o objetivo de melhorar a compreensão dos diversos utilizadores e melhorar a utilização da informação para efeitos de tomada de decisão e de *accountability*.

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A informação referente à identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico encontra-se detalhada nos seguintes documentos:

- Anexo da Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas (Volume III); e
- Regulamento n.º 1304/2024, publicado no Diário da República, 2ª série, Parte H, de 14 de novembro de 2024 - Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras, que inclui o organograma do Município de Oeiras.

1.1 Identificação da entidade e período de relato

O Município de Oeiras, com sede no Largo Marquês de Pombal, apresenta contas consolidadas, sendo esta a sede da entidade com controlo final das mesmas.

Endereço eletrónico: geral@oeiras.pt

Número de Identificação Fiscal: 500745943

Legislação Aplicável: A atividade do Município é regida, pelos seguintes diplomas legais, nas suas redações atuais:

- Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1.;
- Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro - Regime Jurídico das Classificações Económicas das Receitas e das Despesas Públicas;
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Regime Jurídico das Autarquias Locais;

- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP); e
- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho – Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional.

Atividade Exercida de acordo com a Classificação de Atividades Económicas: 84113, 58140, 46341, 85600, 38212, 68200, 11021, 47250, 56107, 56304, 84250, 84240, 01210, 93293, 56290, 47810, 11022 e 11011.

O período de relato compreende o ano civil de 2025, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

O Município regista a 31 de dezembro de 2025 2819 efetivos (Indicadores no ponto 7. Recursos Humanos do Relatório e Balanço Social no Anexo da Instrução nº 1/2019 do TC (Volume III).

1.2 Referencial Contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro. Foram aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública (NCP) relevantes para a entidade.

As demonstrações financeiras do Município integram o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo. Estes documentos foram elaborados em estrita observância dos pressupostos fundamentais da continuidade das operações e do regime do acréscimo, garantindo que os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos nos períodos a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, garantindo a especialização dos exercícios e a fidedignidade do relato.

Os elementos constantes nas demonstrações financeiras são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfazem os critérios de reconhecimento em conformidade com a Estrutura Conceptual (EC) do SNC-AP. De acordo com o pressuposto da comparabilidade, as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de acordo com o pressuposto da não compensação de saldos, os ativos, passivos, rendimentos e gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e demonstração dos resultados.

Assim, nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo, nem nenhum gasto por qualquer rendimento, e vice-versa.

Durante o exercício, não ocorreram situações que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tivessem originado efeitos materialmente relevantes e que pudessem comprometer a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

De acordo com a Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras (NCP 1), a Caixa compreende dinheiro e depósitos à ordem. Já os equivalentes de caixa são investimentos a curto prazo, facilmente convertíveis em quantias conhecidas e não sujeitos a risco de alteração de valor.

No Balanço, na rubrica “Caixa e Depósitos”, verifica-se um decréscimo de cerca de 8,2 milhões de euros, face ao período homólogo.

Em 2025, o saldo de Caixa e Depósitos fixou-se em cerca de 22,7 milhões de euros desagregando-se da seguinte forma:

Q.1 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	29 928	19 500
Caixa	28 310	16 813
Valores a entregar a terceiros	1 618	2 687
Depósitos à Ordem	4 184 084	14 143 351
Depósitos bancários à ordem	4 184 084	14 143 351
Outros Depósitos	18 697 396	16 796 312
Depósitos de garantias e cauções	18 697 396	16 796 312
Total de Caixa e Depósitos	22 911 408	30 959 163

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), concretamente no que se refere à norma NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em Euros.

A apresentação das demonstrações financeiras requer uma representação fiel dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, conforme estabelecido na Estrutura Conceptual (EC) e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as presentes demonstrações financeiras cumprem as NCP.

À data do relato o Município de Oeiras assegura a plena aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), tendo procedido à implementação integral das Normas de Contabilidade Pública (NCP) legalmente aplicáveis

2.1 Base de mensuração

A moeda funcional e de apresentação é o Euro, sendo então que as demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

As seleções da base de mensuração para as presentes demonstrações financeiras são elencadas em seguida:

a) Ativos Intangíveis

Reconhecimento

São reconhecidos os bens que cumprem os critérios de definição de ativos intangíveis, tais como conhecimentos científicos ou técnicos, conceção e implementação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual e marcas comerciais, sobre os quais se verifique o controlo do respetivo recurso e a existência de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para o Município.

Mensuração inicial

Os bens constantes no ativo intangível são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição, através de transações com contraprestação. Os custos de aquisição compreendem:

- O preço da compra (que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais);
- Qualquer custo diretamente atribuível para preparação do ativo para o uso pretendido (que inclui custos dos benefícios dos empregados, honorários profissionais, custos para testar o funcionamento).

Podem ainda ser mensurados pelo justo valor se os bens forem adquiridos através de uma transação sem contraprestação.

Mensuração subsequente

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e, quando aplicável, a perda de imparidade acumulada.

Desreconhecimento

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos intangíveis devem ser determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e devem ser reconhecidos nos resultados, no período do abate ou alienação.

b) Ativos Fixos Tangíveis

Reconhecimento

São reconhecidos os bens que cumprem os critérios de definição de ativos fixos tangíveis e que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços no âmbito das atribuições do Município, ou para fins administrativos e que se espera que sejam usados durante mais de um período de relato.

Mensuração inicial

Os bens constantes no ativo fixo tangível adquiridos através de transações com contraprestação são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição, assim como outros custos diretamente relacionados com a aquisição do bem, incluindo os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os bens constantes no ativo fixo tangível adquiridos através de transações sem contraprestação, são mensurados da seguinte forma:

- Bens imóveis – pelo valor patrimonial tributário (VPT), de acordo com o ponto 5 da NCP 5—Ativos Fixos Tangíveis, deverá ser este o critério a adotar em caso de aquisição através de uma transação sem contraprestação;
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Mensuração subsequente

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e, quando aplicável, a perda de imparidade acumulada.

Os encargos subsequentes incorridos com a conservação e reparação dos ativos fixos tangíveis que não aumentam a sua vida útil, nem resultam em benefícios ou melhorias significativas, são registados como gastos do exercício.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo quando efetuada através de uma transação sem contraprestação);
ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

O ganho ou a perda resultante do abate ou alienação de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido o resultado do período em que ocorre o abate ou a alienação.

c) Propriedades de investimento

São aplicadas as mesmas políticas contabilísticas utilizadas para os ativos fixos tangíveis.

d) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são, para participações inferiores a 20%, reconhecidos de acordo com a NCP 18, mensurados ao custo de aquisição, ou, para as participações superiores a 20%, de acordo com a NCP 23, mensurados através do método da equivalência patrimonial (MEP).

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado por perdas por imparidade (pela diferença entre a quota-parte do Município nos capitais próprios e o valor da respetiva participação).

Pelo método da equivalência patrimonial, a participação é reconhecida inicialmente pelo custo. Posteriormente a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da participada nos resultados do Município. As distribuições de resultados reduzem ou aumentam a quantia escriturada do investimento, pelo que o valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial.

e) Depreciações e amortizações

As depreciações aplicadas a bens do Ativo Fixo Tangível e as Amortizações aplicadas a bens do Ativo Intangíveis refletem o potencial de serviço do ativo que já foi consumido, sendo o método das quotas constantes o método utilizado, considerando o número de anos de vida útil de referência conforme o disposto no CC2 (Classificador Complementar 2).

Relativamente aos ativos intangíveis, os bens referentes a software com licença perpétua direitos de autor e propriedade intelectual, após análise casuística, os quais se verifique um benefício económico futuro sem termo definido, não são efetuadas amortizações de acordo com o previsto no CC2.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto. Os terrenos não são depreciáveis.

f) Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo utilizado o método de custeio das saídas, sendo valorizados pelo custo médio ponderado. Os produtos agrícolas são valorizados pelo custo de produção anual.

g) Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo de aquisição, se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

h) Transferências e Subsídios

As transferências e os subsídios não reembolsáveis para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são inicialmente reconhecidos em património líquido quando as condições se encontrem cumpridas ou quando não tenham condições e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimento do período, proporcionalmente às depreciações/amortizações dos respetivos bens.

Um subsídio e ou uma transferência só serão reconhecidos após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associadas; e
- O mesmo será recebido.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospetivos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados.

i) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

- Existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão é revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

As provisões constituídas pelo Município consubstanciam-se em provisões para processos judiciais em curso e provisões para riscos e encargos.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no Anexo sempre que haja a possibilidade de existir um exfluxo de recursos e que esta não seja remota.

Os passivos contingentes são avaliados em cada data de relato para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras enquanto ativo, na medida em que, o seu caráter contingente não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

j) Rendimento – transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. No Município estas subdividem-se em vendas, prestações de serviços, juros e dividendos e outros rendimentos.

k) Rendimento – Transações sem contraprestação

Uma transação sem contraprestação é uma transação em que uma entidade recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual.

No Município as transações sem contraprestação subdividem-se em impostos, taxas, transferências e outros rendimentos.

l) Contas a receber e a pagar

As contas a receber são desagregadas em quantias a receber de clientes, contribuintes e utentes, mensurados inicialmente pelo seu justo valor e posteriormente ajustados ao custo amortizado, utilizando a taxa efetiva, deduzida das perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante de perda estimada, num período posterior.

O montante anual acumulado de imparidades é determinado pela antiguidade do vencimento das mesmas, sendo considerado dívida com imparidade total a superior a doze meses e quando exista dívida entre seis e doze meses desde que a mesma entidade tenha igualmente dívida superior a doze meses.

É efetuada uma análise caso a caso para as dívidas do ano corrente sem movimento procedendo-se ao respetivo ajustamento.

As contas a pagar a fornecedores e outros credores são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu custo amortizado.

m) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente do momento em que as transações são faturadas.

2.2. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período. Se foram materialmente relevantes são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.3. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a única estimativa utilizada foi a estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados e o registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívidas a receber de clientes, utentes e contribuintes. Efetuou-se a estimativa do IMI a liquidar em 2025 e a receber em 2026.

Para além das referidas existem outras áreas principais que envolvem julgamento, nomeadamente, a determinação de imparidades, a estimativa de provisões para processos judiciais, a determinação de vidas úteis dos ativos fixos e a mensuração de ativos recebidos sem contraprestação.

2.4. Erros materiais de períodos anteriores

No exercício findo a 31 de dezembro de 2025 foram efetuadas regularizações decorrentes do trabalho desenvolvido pela Divisão de Património, visando os registos contabilísticos adequados dos ativos, de acordo com as NCP. Procederam-se ainda a correções de faturas de fornecedores, do cálculo do MEP das entidades participadas, o reconhecimento do edificado escolar e dos centros de saúde bem como a correção de insuficiência e excesso de estimativas de gastos e rendimentos.

Q.2 - Reexpressão retrospectiva

Designação	Efeito em N-1 (euros)
Alterações na Demonstração de Resultados	
Regularização de acréscimo de gastos anos anteriores a 2025	256 051
Notas de crédito e restituições emitidas referentes faturas de clientes/outras devedores anos anteriores com liquidação de IVA	-9 539
Notas de crédito e restituições emitidas referentes faturas de clientes/outras devedores anos anteriores sem liquidação de IVA	-316 003
Notas de crédito e RNAP's emitidas referentes faturas de fornecedores/outras credores anos anteriores sem liquidação de IVA	338 421
Alterações no Balanço	
Aumento no ativo	
Regularização de reconhecimento de cedências para o domínio privado, no âmbito de alvará de loteamento emitido em 2024	28 846 990
Correções aos bens do ativo fixo tangível - Aumento de valor (Regularizações património)	1 061 534
Reconhecimento do terreno do Bairro 18 de Maio como ativo para venda no âmbito da regularização do Bairro	1 132 803
Correção da depreciação de bens registados no património - (Regularizações património)	56
Correções às participações - SIMAS - Método da Equivalência Patrimonial	1 192 883
Reconhecimento do pavilhão do Bairro 18 de Maio e respetivo terreno	558 650
Desafetação do domínio público para o domínio privado municipal do Jardins de Oeiras e Almirante Gago Coutinho	473 870
Regularização da estimativa de IMI liquidado em 2024 e a receber em 2025	344 134
Regularização de parcelas de terreno do domínio público para o domínio privado	7 460
Regularização de ativos no âmbito de operações de loteamento e outros	2 595 060
Reconhecimento de património cultural e artístico	820 000
Diminuição no ativo	
Correções aos bens do ativo fixo tangível - Redução de valor (Regularizações património)	2 803 792
Correção da depreciação de bens registados no património - (Regularizações património)	266 836
Acerto da valorização unitária do vinho em estágio 2024	413 421
Correção da depreciação de bens registados no património (Obras de requalificação Bairro do Pombal - PRBM) - (Regularizações património)	2 420
Correções aos bens do ativo fixo tangível - Diminuição de valor (Regularizações património)	51 487
Diminuição no passivo	
Regularização de subsídio de investimento no âmbito do apoio às cheias (transf. DGAL)	799 900
Regularização de acréscimo de gastos referentes a subsídios concedidos com condições	633 934
Anulação de faturas no âmbito do acordo celebrado com a APL para reconhecimentos de ativos de concessão por contrapartida das rendas emitidas	1 066 390
Regularização de registos de faturas em conferência do SIMAS	35 326
Aumento no património líquido	
Regularização de cedência parcela de terreno	6 646
Regularização de reconhecimento de cedências para o domínio privado, no âmbito de alvará de loteamento emitido em 2024	28 846 990
Diminuição no património líquido	
Regularização de subsídios ao investimento	29 862
Total	7 207 258

As alterações acima mencionadas, tiveram impacto no Balanço e na Demonstração de Resultados, por contrapartida da conta 562 “Regularizações”, de N-1, e em resultados do próprio exercício, outros gastos e rendimentos, conforme se observa no quadro anterior. As correções efetuadas no exercício referem-se, essencialmente, ao reconhecimento de cedências no âmbito de operações de loteamento, as quais são comunicadas em período subsequente. Para mitigar correções futuras foram desenvolvidas camadas de informação no Oeiras Interativa, em colaboração dos serviços de urbanismo, permitindo assim, o acompanhamento das cedências no momento da emissão do Alvará de Loteamento. Quanto às correções dos reconhecimentos ao abrigo do Método de Equivalência Patrimonial das entidades constantes do perímetro de consolidação, serão tomadas medidas de acompanhamento que visem a correção tempestiva dos registos financeiros.

2.5. Alterações de estimativas contabilísticas

De acordo com a NCP 2, quando uma entidade procede a alterações de estimativas tendo por base nova informação recolhida ou experiência adquirida, nomeadamente, na aplicação criteriosa das restantes normas de contabilidade pública deverá efetuar o reconhecimento contabilístico prospectivamente.

De acordo com o Manual de Implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) procedeu ao registo da estimativa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referente ao ano de 2025 a receber em 2026 de acordo com o previsto na Norma de Contabilidade Pública 14.

Nota 3 - Ativos Intangíveis

É aplicado o Classificador Complementar 2 (CC2) do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo III ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Os ativos intangíveis foram reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido dos gastos com amortizações e das perdas por imparidades, nos termos da NCP 3 do SNC-AP.

O mapa seguinte mostra as variações ocorridas na gerência dos bens intangíveis bem como as amortizações no início e no fim do período.

Q.3.1 - Variação das amortizações e perdas por imparidades

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	3 481 808	3 008 549	0	473 260	3 643 626	3 226 297	0	417 329
Propriedade industrial e intelectual	476 978		0	476 978	476 978	0	0	476 978
Outros	95 447	92 112	0	3 335	95 447	92 139	0	3 308
Total	4 054 234	3 100 661	0	953 573	4 216 052	3 318 436	0	897 616

Q.3.2 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões perdas por imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	473 260	166 615	0	0	0	0	-217 748	-4 797	417 329
Propriedade industrial e intelectual	476 978	0	0	0	0	0	0	0	476 978
Outros	3 335	0	0	0	0	0	-26	0	3 308
Ativos intangíveis em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	953 573	166 615	0	0	0	0	-217 775	-4 797	897 616

Ao nível das adições, a variação, no valor total de 166.615,06 €, é referente a aquisição de:

- Licenciamento de software Microsoft para três anos – 92.470,66 €;
- Software FreSoft ERP – SNC-AP e Vencimentos – 4.797,00 €, cedido à RICD conforme registo na diminuição na rubrica;
- Software de Gestão do PDE, QUAR, SIADAP 1 e Risco – 39.360,00 €;
- Software de gestão e difusão de conteúdos – 590,40 €;
- Software de tratamento automático de faturação e leitura QRCode – 23.862,00 €;
- Software de gestão inteligente de Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana – 5.535,00 €.

Q.3.2A - Desagregação das adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão,...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	0	166 615	0	0	0	0	0	0	0	166 615
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	166 615	0	0	0	0	0	0	0	166 615

Relativamente às diminuições, verifica-se, através do quadro 3.2 B – Ativos intangíveis – diminuições, uma diminuição no valor de 4.797,00 € relativa à cedência, a título oneroso, do Software FreSoft ERP – SNC-AP e Vencimentos a favor da RICD, Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, Associação de Municípios.

Q.3.2B - Desagregação das diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	0	0	0	-4 797	-4 797
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	-4 797	-4 797

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Nos termos da NCP 4 do SNC-AP, concedente é a entidade pública que concede ao concessionário o direito de prestar um serviço ou explorar um ativo. Já o concessionário é a entidade que usa esse ativo para prestar serviços públicos sujeitos ao controlo do concedente. No mapa seguinte encontram-se discriminados os contratos de concessão celebrados pelo Concedente – Município de Oeiras, nos termos da referida norma.

O acordo de concessão ao abrigo da NCP 4 é com a entidade E-Redes, S.A., referente à distribuição de energia elétrica de baixa tensão.

Q.4 – Contratos de concessão (concedente)

Acordos de Concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de Concessão de 1991, Protocolo 452/2010, Artigo 285º do Decreto-Lei n.º 15/2022 e Acordo entre a ANMP e E-Redes de 31/12/2022 - Exploração da concessão de distribuição de eletricidade de baixa tensão	E-Redes Distribuição (anterior EDP Distribuição - Energia, S.A.)	-	30 Anos (prorrogados nos termos dos documentos mencionados)	-	-	-	-

O Município de Oeiras dispõe apenas de contrato de exploração da concessão da distribuição de eletricidade de baixa tensão, que não contempla o pagamento de valores ao concessionário E-REDES, S.A.

De acordo com a Orientação Técnica n.º 1 da CNC, de 18 de fevereiro de 2025, é referido que dadas as dificuldades reportadas, por parte dos Municípios, na obtenção de informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos a esta concessão e respetiva vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento/desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios com a entrega de terceiros, bem como a verificação das evidências do cumprimento do Classificador Complementar 2, entende-se que não estão preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados à presente concessão de acordo com NCP 14.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Conforme previsto na NCP 5 do SNC-AP, os principais aspetos a ter em conta na contabilização dos Ativos Fixos Tangíveis (AFT) são o seu reconhecimento e os respetivos gastos de depreciação, bem como a determinação das quantias registadas.

A aplicação desta Norma permite ao Município evidenciar os recursos aplicados em bens dos quais se espera uma utilização por mais de um período de relato, e os benefícios económicos ou potencial de serviço que se obtêm da sua utilização pelos vários anos da sua vida útil.

Face ao exposto, através da análise dos AFT, é possível obter informação sobre os investimentos em ativos e as alterações que neles ocorreram (transferências, alienações, depreciações, imparidades, etc.).

Q.5.1 - Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 438 078	0	0	16 438 078	16 446 560	0	0	16 446 560
Edifícios e outras construções	30 990 046	14 564 899	0	16 425 147	31 248 162	15 865 302	0	15 382 860
Infraestruturas	117 038 482	24 394 704	0	92 643 777	119 851 751	30 718 171	0	89 133 580
Património histórico, artístico e cultural	12 861 359	189 182	0	12 672 177	14 170 559	196 296	0	13 974 262
Outros	44 900	44 900	0	0	44 900	44 900	0	0
Bens de domínio público em curso	9 975 558	0	0	9 975 558	8 534 987	0	0	8 534 987
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	145 458 155	0	0	145 458 155	181 770 519	0	0	181 770 519
Edifícios e outras construções	420 350 871	148 177 625	0	272 173 245	468 165 622	157 516 660	0	310 648 962
Equipamento básico	33 867 957	25 435 457	0	8 432 500	35 822 065	27 617 724	0	8 204 341
Equipamento de transporte	19 644 692	15 159 914	0	4 484 777	20 792 671	16 930 011	0	3 862 659
Equipamento administrativo	15 258 319	13 510 643	0	1 747 676	16 189 608	14 102 788	0	2 086 820
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	15 053 577	11 123 970	0	3 929 607	16 270 912	12 043 673	0	4 227 239
Ativos fixos tangíveis em curso	113 934 289	0	0	113 934 289	159 132 413	0	0	159 132 413
Total	950 916 282	252 601 296	0	698 314 985	1 088 440 728	275 035 525	0	813 405 203

Da análise ao quadro 5.1 Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações, abaixo refletido, verifica-se que a quantia escriturada no início do período (698,31 milhões) regista uma variação positiva de 115 milhões de euros face à quantia escriturada no final do período, o que significa um crescimento de 16,48%.

O quadro 5.2 Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período, a seguir apresentado, reflete a quantia escriturada e respetivas variações ocorridas no exercício de 2025, destacando-se a coluna “Adições” que inclui as aquisições de novos ativos e as obras em curso.

A coluna das “Transferências Internas” reflete as transferências de AFT em curso para AFT e a coluna “Diminuições” apresenta os valores relativos a abates de ativos e regularizações a crédito.

Q.5.2 - Quantia escriturada e variações no período

RUBRICAS	Variações							Quantia Escriturada Final
	Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	8 482	0	0	0	0	0	0	16 446 560
Edifícios e outras construções	10 453	247 663	0	0	0	-1 300 403	0	15 382 860
Infraestruturas	258 070	2 555 200	0	0	0	-6 323 467	0	89 133 581
Património histórico, artístico e cultural	940 200	369 000	0	0	0	-7 114	0	13 974 262
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	4 095 880	-5 536 450	0	0	0	0	0	8 534 987
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	35 562 653	804 553	0	0	0	0	-54 842	181 770 519
Edifícios e outras construções	14 458 951	33 395 390	0	0	0	-9 339 034	-39 590	310 648 962
Equipamento básico	1 787 744	176 244	0	0	0	-2 182 267	-9 880	8 204 341
Equipamento de transporte	1 160 766	0	0	0	0	-1 770 097	-12 786	3 862 659
Equipamento administrativo	936 167	0	0	0	0	-592 144	-4 878	2 086 820
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	793 271	425 101	0	0	0	-919 703	-1 037	4 227 239
Ativos fixos tangíveis em curso	77 634 824	-32 436 701	0	0	0	0	0	159 132 413
Total	137 647 459	0	0	0	0	-22 434 229	-123 013	813 405 203

Da análise ao quadro 5.2 Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período, verifica-se que ao nível das rubricas do domínio público em curso, procedeu-se à transferência de 5.536.450,45 € para AFT, salientando-se as seguintes:

- Infraestruturas da Rede Viária – Ciclovia da Rua da Fonte, Leceia – 966.924,47 €;
- Infraestruturas da Rede Viária - Praça de Talaíde, Porto Salvo – 329.381,11 €;
- Infraestruturas da Rede Viária – Zona exterior ao Campo de Futebol da Lage – 95.287,70 €;
- Outras infraestruturas em diversos locais do concelho – 767.900,39 €;
- Outras construções – Campo de futebol e instalações de apoio do campo de futebol da Lage – 3.004.057,17 €;
- Zonas Verdes (Ciclovia da Rua da Fonte, Praça de Talaíde, zona envolvente à Junça, zona exterior ao campo de futebol da Lage, Parque urbano da Terrugem) – 124.378,94 €.

No que se refere aos registos nos ativos do domínio privado – Outros ativos fixos tangíveis, as variações ocorridas ao nível das transferências de Investimento em Curso para Ativos fixos tangíveis representam 32.436.700,74 € destacando-se as seguintes:

- Empreendimento Habitacional Alto da Montanha, Carnaxide – 13.237.904,11 €;
- Empreendimento Habitacional Parque da Junça, Linda-a-Velha – 4.313.657,01 €;
- Empreendimento Habitacional Quinta dos Aciprestes, Linda-a-Velha – 2.808.047,43 €;
- Requalificação arquitetónica em prédios de habitação municipal (PRR) – 3.832.987,01 €;
- Edifício Centro Cultural de Barcarena, Barcarena – 1.846.299,49 €;
- Palácio dos Aciprestes, Pátio das Amendoeiras, Espaços multiusos – 2.230.591,80 €;
- Bens móveis e mobiliário urbano para diversos locais do concelho – 581.412,23 €;
- Outras infraestruturas em diversos locais do concelho – 235.695,49 €;
- Mural artístico alusivo às comemorações dos 50 anos do 25 de abril – Homenagem aos presos políticos da prisão de Caxias – 369.000,00 €.

Ao nível das “Adições” o quadro 5.2 A – Ativos fixos tangíveis - adições, desagrega-as em função da sua natureza.

Q.5.2A - Desagregação das adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão,...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	8 482	0	0	0	0	8 482
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10 453	10 453
Infraestruturas	0	114 169	0	0	0	0	0	0	0	143 901	258 070
Património histórico, artístico e cultural	0	908 500	0	0	0	11 700	0	0	0	20 000	940 200
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	0	4 095 880	0	0	0	0	0	0	0	0	4 095 880
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	707 850	0	0	0	0	33 077 547	0	0	0	1 777 255	35 562 653
Edifícios e outras construções	0	2 860 634	0	0	0	1 134 383	0	0	0	10 463 934	14 458 951
Equipamento básico	0	1 785 448	0	599	0	0	0	0	0	1 696	1 787 744
Equipamento de transporte	0	1 160 766	0	0	0	0	0	0	0	0	1 160 766
Equipamento administrativo	0	936 167	0	0	0	0	0	0	0	0	936 167
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	772 289	0	20 719	0	0	0	0	0	263	793 271
Ativos fixos tangíveis em curso	0	77 634 824	0	0	0	0	0	0	0	0,00	77 634 824
Total	707 850	90 268 677	0	21 318	0	34 232 112	0	0	0	12 417 502,16	137 647 459

Relativamente às adições, os bens do domínio público sofreram um aumento total de 5.313.084,14€, destacando-se 4.095.879,87 € respeitantes a obras e projetos em curso, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Requalificação do espaço público do Bairro dos Navegadores – 942.327,00 €;
- Requalificação do Jardim e envolvente do Santuário de Nossa Sra. da Conceição da Rocha, Carnaxide – 425.123,58 €;
- Ciclovia da Rua da Fonte, Leceia – 367.670,22 €;
- Execução de passagem pedonal superior, Algés – 1.120.602,85 €;
- Requalificação de fontes do Arquiparque – 422.434,78 €;
- Fornecimento e instalação de ilhas ecológicas em diversos locais do concelho – 256.068,86 €;
- Requalificação da Praça de Talaíde, Porto Salvo – 183.151,70 €;
- Construção de rampa na Rua Margarida Palla, Algés – 153.563,49 €.

No que respeita aos Outros ativos fixos tangíveis, as adições refletiram um aumento total de 132.334.375,32 €, destacando-se as seguintes rubricas:

- Terrenos e recursos naturais – 35.562.652,85 €;
- Edifícios e outras construções – 14.458.950,84 €;
- Ativos fixos tangíveis em curso – 77.634.824,17 €;
- Equipamento básico – 1.787.743,77 €;
- Equipamento administrativo – 1.160.765,68 €.

As adições na rubrica de terrenos e recursos naturais referem-se, na sua maioria, à incorporação no Ativo de parcelas de terreno cedidas para o domínio privado do Município no âmbito de licenças de loteamento, bem como por cedências, no âmbito das transferências de competências na área da saúde e da educação, a saber:

- Parcela de terreno E1 com 14.712,30 m², Alto da Boa Viagem, Caxias – 14.934.990,00 €;
- Parcela de terreno E2 com 12.397,70 m², Alto da Boa Viagem, Caxias – 12.592.940,00 €;
- Parcela de terreno com 1.256,00 m² destinada a Parque Infantil, Alto da Boa Viagem, Caxias 1.319.060,00 €;
- Quatro parcelas de terreno com 16.671,29 m² destinadas a espaços verdes de utilização coletiva, Bairro dos Navegadores, Porto Salvo – 2.425.672,69 €;
- Terreno subjacente à Unidade de Saúde de Linda-a-Velha – 354.720,00 €;
- Terreno subjacente à Escola EB 2/3 Conde de Oeiras – 1.388.987,50 €.

Relativamente à rubrica de Edifícios e outras construções, o aumento no valor de 14.458.950,84 € é essencialmente devido a:

- Aquisição de uma fração autónoma destinada a estacionamento sita no Dafundo, Cruz Quebrada – 2.000.000,00€;
- Aquisição do Edifício AERLIS – 1.280.000,00 €;
- Requalificação de frações de habitação municipais no Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro, Caxias – 836.034,00 €;
- Unidade de Saúde de Linda-a-Velha – 1.064.160,00 €;
- Escola Básica Noronha Feio – 4.429.132,50 €;
- Escola 2/3 Conde de Oeiras – 3.936.385,99 €;
- Pavilhão da Associação de moradores do Bairro 18 de maio, Carnaxide – 418.987,50 €;

- Fiscalização e revisões de preços de empreitadas – 399.428,35 €.

O aumento no valor de 77.634.824,17 € na rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso resultou maioritariamente do desenvolvimento das seguintes empreitadas:

- Construção do novo edifício sede do Município – Fórum Oeiras – 6.749.021,88 €;
- Construção do empreendimento habitacional do Parque da Junça – 1.172.558,48 €;
- Construção do empreendimento habitacional da Quinta dos Aciprestes – 224.646,75 €;
- Construção do empreendimento habitacional Terra do Moinho – 1.951.808,19 €;
- Construção do empreendimento habitacional São Marçal – 2.386.183,46 €;
- Construção do empreendimento habitacional São Marçal II – 4.600.073,98 €;
- Construção do empreendimento habitacional de Leceia – 8.326.796,30 €;
- Construção do empreendimento habitacional Quinta das Acácias – 3.401.559,26 €;
- Construção do empreendimento habitacional Irmã Joana – 3.160.420,14 €;
- Construção do empreendimento habitacional de Tercena – 3.556.315,81 €;
- Construção do empreendimento habitacional Módulos da Politeira, Leceia – 973.447,43 €;
- Construção do empreendimento habitacional do Rossio de Porto Salvo – 281.229,12 €;
- Construção do programa habitacional sénior, Talaíde, Porto Salvo – 1.786.508,49 €;
- Habitação social – Requalificação arquitetónica Bairro Páteo dos Cavaleiros– 8.191.252,57 €;
- Habitação social - Requalificação arquitetónica no Bairro Alto da Loba – 1.433.971,75 €;
- Habitação social - Requalificação arquitetónica no Bairro Moinho das Rolas – 2.020.970,56 €;
- Habitação social - Requalificação arquitetónica no Bairro do Pombal – 1.356.442,15 €;
- Habitação social - Requalificação arquitetónica na Avenida dos Cavaleiros – 1.883.282,45 €;
- Habitação social - Requalificação arquitetónica no Bairro de São Marçal – 5.932.309,11 €;
- Habitação jovem - Requalificação dos nºs 26 a 28 da Rua Heliodoro Salgado, Oeiras – 372.819,91 €;
- Habitação jovem, Avenida Ivens, nº 5, Dafundo – 137.490,25 €;
- Alojamento temporário para professores – Rua Visconde Moreira Rey, 37 B, Linda-a-Pastora – 262.865,66 €;
- Requalificação do espaço público no Bairro dos Navegadores, Porto Salvo – 942.327,00 €;
- Construção do novo centro de logística da Junta de Freguesia de Linda-a-Velha–395.554,75 €;
- Construção do Pólo de Formação Profissional e Agência de Empreendedores Sociais, Carnaxide – 2.346.618,04 €;
- Palácio dos Aciprestes, Pátio das Amendoeiras, Espaços multiusos – 367.774,71 €;

- Execução de passagem pedonal superior, Algés – 1.120.602,85 €;
- Obras no Pavilhão Desportivo da EB 2,3 Joaquim de Barros – 227.802,46 €;
- Obras nos balneários do Pavilhão da Escola Aquilino Ribeiro – 669.876,85 €;
- Requalificação do recinto da Escola Secundária Prof. José Augusto Lucas–2.868.357,79 €;
- Auditório municipal Eunice Muñoz, Substituição de cobertura – 163.532,72 €;
- Centro de saúde de Paço de Arcos, melhoria do desempenho energético – 332.951,56 €;
- Centro de saúde de Linda-a-Velha, melhoria do desempenho energético – 189.762,62 €;
- Reabilitação da Casa do Parque no Bairro de São Marçal, Carnaxide – 346.075,16 €;
- Projetos, revisão de projetos e fiscalização de empreitadas em curso – 4.884.388,61 €.

No que respeita às adições de equipamento básico, no valor total de 1.787.743,77 €, destacam-se as seguintes aquisições:

- Equipamento destinados à recolha de resíduos – 499.976,54 €;
- Equipamento para Auditórios Municipais – 494.979,56 €;
- Equipamentos para estabelecimentos de ensino – 356.562,95 €;
- Equipamentos para o Campo de Futebol da Lage – 76.655,14 €;
- Equipamentos para a Casa de Chá do Palácio do Egito – 17.860,78 €.

Ao nível do equipamento de transporte o aumento cifra-se em 1.160.765,68 €, correspondendo 146.696,45 € a grandes reparações e 1.014.069,23 € à aquisição dos seguintes equipamentos:

- Duas Viaturas, Mercedes Econic, para a recolha de resíduos – 767.520,00 €;
- Duas Viaturas, Toyota Hilux, pick up, versão M4, cabine dupla – 86.223,86 €;
- Duas Viaturas, Mitsubishi, Fuso Canter – 92.857,86 €;
- Três Viaturas, Toyota, Proace, ligeiros de mercadorias – 65.438,52 €;
- Uma bicicleta elétrica Beeq M 700 ATB – 2.028,99 €.

O investimento na rubrica de equipamento administrativo totalizou 936.166,93 €, realçando-se a aquisição de equipamento informático no valor de 729.289,03 €.

No que concerne às adições no montante de 793.271,28 € na rubrica outros salientam-se as seguintes:

- Mobiliário urbano – 224.282,51 €;
- Equipamentos para as Bibliotecas – 134.982,80 €;
- Equipamentos para mobilidade reduzida – 99.094,10 €;

- Equipamentos de oficina – 72.416,35 €;
- Aparelhos de climatização e purificação do ar – 36.708,04 €;
- Equipamentos para Centros de Saúde – 23.843,42 €.

Relativamente às diminuições, ao longo do período em análise, o Ativo do Município sofreu um impacto no valor total de 123.012,81 €.

As diminuições apresentadas no quadro 5.2 B – Ativos fixos tangíveis – diminuições, são relativas a alienações, abate de bens e regularizações de notas de crédito.

Q.5.2B - Desagregação das diminuições

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-54 841	0	0	0	-1	-54 842
Edifícios e outras construções	-36 847	0	0	0	-2 743	-39 590
Equipamento básico	0	0	0	0	-9 880	-9 880
Equipamento de transporte	0	0	0	0	-12 786	-12 786
Equipamento administrativo	-861	0	0	0	-4 017	-4 878
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	-1 037	-1 037
Ativos fixos tangíveis em curso	0	0	0	0	0	0
Total	-92 549	0	0	0	-30 464	-123 013

Relativamente às diminuições, ao longo do período em análise, o Ativo do Município sofreu um impacto no valor total de 123.012,81 €.

As diminuições apresentadas no quadro 5.2 B – Ativos fixos tangíveis – diminuições, são relativas a alienações, abate de bens e regularizações de notas de crédito.

Nota 6 – Locações

O Município tem apenas contratos vigentes de locações operacionais conforme quadro infra:

Q.6.2 - Locações Operacionais

CONTRATOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pag. Mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes					
806 Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 8, (C.N. 65/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	157 474	20 373	0	156 038	0	11 933	0	0	11 933	1 436
1204 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 1	308 731	43 625	0	306 104	0	39 806	0	0	39 806	2 627
1210 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 2	1 171 815	167 054	0	1 143 053	0	159 493	0	0	159 493	28 762
1211 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 3	302 868	39 237	0	302 868	0	39 237	0	0	39 237	0
1214 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 4	37 324	4 980	0	36 402	0	5 220	0	0	5 220	923
1215 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 5	66 931	6 303	0	53 601	0	8 986	0	0	8 986	13 330
69 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2021/35836 PROC 2021/1056)	46 411	10 495	0	43 057	0	11 449	615	0	12 064	3 354
524 Aluguer operacional 15 viaturas Lote 1 (EDOC/2021/73008 PROC 2021/2023)	40 115	8 246	0	33 854	0	9 875	3 907	0	13 782	6 261
525 Aluguer operacional 15 viaturas Lote 2 (EDOC/2021/73008 PROC 2021/2030)	309 223	76 383	0	275 077	0	76 383	30 468	0	106 851	34 146
527 Aluguer operacional 15 viaturas Lote 3 (EDOC/2021/73008 PROC 2021/2030)	35 310	8 751	0	24 819	0	8 751	3 224	0	11 975	10 491
39 Locação de duas viaturas ligeiras CP 1342/23 DVM	97 995	24 249	0	47 781	0	24 249	48 497	0	72 746	50 214
467 Locação de duas viaturas ligeiras - lote 1 (DVM Proc nº 1797/2023)	83 806	20 343	0	34 507	0	20 343	48 204	0	68 548	49 298
468 Locação de duas viaturas ligeiras 2 lotes - lote 2 (DVM Proc nº 1797/2023)	53 710	14 053	0	22 124	0	12 972	31 009	0	43 981	31 586
1622 Locação em regime de AOV de viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias	560 798	118 890	0	143 974	0	109 700	414 532	0	524 231	416 824
1623 Locação em regime de AOV de viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias	495 205	96 335	0	114 532	0	96 335	366 758	0	463 093	380 673
1624 Locação em regime de AOV de viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias	116 203	22 339	0	24 626	0	22 872	85 709	0	108 580	91 577
238 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2021/35836 PROC 2021/1056 -lote 4)	282 965	70 299	0	247 438	0	70 203	2 153	0	72 356	35 527
1505 Locação operacional de 98 viaturas - Pº300.10.005/2025/995	104 323	0	0	0	0	104 323	0	0	104 323	104 323
1517 Locação operacional de 98 viaturas - Pº300.10.005/2025/995	134 064	134 064	0	134 064	0	134 064	0	0	134 064	0
1790 Locação de viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias - Proc.º 300.10.005/2025/407 - Lote 1	1 362 185	23 805	0	23 805	0	66 326	1 295 859	0	1 362 185	1 338 380
1791 Locação de viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias - Proc.º 300.10.005/2025/407 - Lote 2	995 354	22 045	0	22 045	0	47 984	959 684	0	1 007 668	973 309
1792 Locação de viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias - Proc.º 300.10.005/2025/407 - Lote 3	88 341	1 905	0	1 905	0	4 294	84 047	0	88 341	86 436
Total	6 851 150	933 774	0	3 191 675	0	1 084 797	3 374 666	0	4 459 463	3 659 476

Nota 7 – Empréstimos Obtidos - Empréstimos Bancários

Q.7 – Empréstimos obtidos - empréstimos bancários

Entidade	Finalidade	Data do Contrato	Data da vista do Tribunal de Contas (se aplicável)	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de Juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 31 de Janeiro	Saldo em 31 de Dezembro
					Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
CGD	292 Fogos do Parque dos Cavaleiros - Ouruela - ALT DLAA 123/2016	07/05/2008	07/05/2008	306	6 491 394	6 491 394	1,32%	2,30%	4 631 667	198 555	4 830 222	257 957	15 725	273 682	0	2 385 320	2 127 363
CGD	165 Fogos do Alto dos Barrochos - ALT DLAA 123/2016	13/10/2008	13/10/2008	300	3 893 905	3 893 905	1,32%	2,49%	2 778 719	119 171	2 897 889	154 361	10 199	164 560	0	1 430 519	1 276 158
CGD	32 Fogos Urbanização Alto dos Barrochos - ALT DLAA 123/2016	06/10/2008	23/10/2008	302	886 507	886 507	2,41%	2,69%	630 119	35 042	665 161	35 555	2 423	37 777	0	327 978	292 623
Banco BPI	Manutenção de projetos de investimento a realizar nos anos de 2022/2024 (2 anos) - BPI 010	04/05/2022	15/09/2022	244	34 500 000	33 168 850	0,70%	3,09%	0	1 196 292	1 196 292	0	1 106 996	1 106 996	0	30 854 324	33 168 850
CGD	Construção de 45 unidades Residenciais Centro de Apoio a 3ª Idade- Bº S. Marçal - ALT DLAA 123/2016	28/07/2008	23/10/2008	304	786 369	786 369	2,28%	2,69%	568 943	31 094	599 037	31 361	2 150	33 511	0	290 930	259 569
Milkenium BCP	Empréstimo M.P. no âmbito do PJ - Jornada Mundial da Juventude 2023 - BCP, SA	28/06/2023	13/10/2023	63	1 500 000	1 416 939	4,35%	2,44%	0	60 827	60 827	375 000	38 892	413 892	0	1 416 939	1 041 939
CGD	Construção de oito fogos de habitação e custos acessíveis no Palácio Restani - Quiluz de Baixo, ao abrigo do Aviso de Publicitação Investimento RC-CO2-05 Componente - JHRU	06/10/2025	23/12/2025	362	890 561	0	3,59%	3,59%	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CGD	167 Fogos do Alto dos Barrochos - ALT DLAA 123/2016	28/01/2002	28/01/2002	300	3 596 712	3 596 712	0,98%	3,51%	3 514 024	166 139	3 680 162	151 971	9 671	155 643	0	382 913	230 941
CGD	16 Fogos do Alto da Terugem - ALT DLAA 123/2016	19/06/2002	19/06/2002	305	335 950	335 950	0,84%	2,97%	329 930	10 105	339 935	5 919	143	5 961	0	17 600	11 781
CGD	Empréstimo a Médio/Longo Prazo para Financiamento de Investimentos Municipais - ALT DLAA 123/2016	22/12/2025	12/02/2026	240	80 000 000	0	2,28%	2,28%	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total					132 861 398	50 576 625			12 443 302	1 816 224	14 259 526	1 011 624	1 180 188	2 192 022	0	371 066 554	38 409 225

Não são reconhecidos como gastos dos ativos, os custos com os empréstimos.

Mantém-se em vigor o contrato de financiamento celebrado com o Millennium BCP, S.A., visado pelo Tribunal de Contas em outubro de 2023, com o limite global de 1,5 milhões de euros. Esta operação de crédito, com um prazo de maturidade de 5 anos, foi devidamente excecionada dos limites de endividamento municipal, ao abrigo do disposto no art.º 118.º da Lei do Orçamento do Estado para 2023. Do montante contratualizado, foi efetuado um desembolso único de 1.416.938.98 €. No que respeita ao exercício de 2025, o Município assegurou o cumprimento do serviço da dívida através do pagamento de 375.000,00 € (dois pagamentos de 187.500,00 €), refletindo a amortização de capital.

O empréstimo efetuado ao Banco BPI no montante de **34,5 milhões de euros** apresenta a seguinte

Entidade	Finalidade	Pagamentos Acumulados 2022	Pagamentos Acumulados 2023	Pagamentos Acumulados 2024	Pagamentos Acumulados 2025	Pagamentos Acumulados Total
BPI	Nó de Ligação da CRIL a Mirafloros	250 000	0	0	0	250 000
BPI	Execução da ciclovia da Medrosa	150 000	0	0	0	150 000
BPI	Execução da Praça de Talaide	250 000	0	0	0	250 000
BPI	Fábrica da Pólvora de Barcarena - Recuperação de Edifício das Oficinas a Vapor	0	144 251	0	0	144 251
BPI	Estabilização de talude - Campo do Sporting	242 401	39 428	0	0	281 829
BPI	Escola de São Bruno	243 662	6 338	0	0	250 000
BPI	Biblioteca Municipal de Oeiras - Remodelação do sistema de ar condicionado	68 362	3 498	1 166	0	73 026
BPI	Reformulação do Campo de Futebol - Laje	0	491 922	1 254 078	112 207	1 858 206
BPI	Pavilhão Desportivo da EB 2, 3 Dr Joaquim de Barros	0	0	201 150	172 762	373 912
BPI	Parque Urbano de Vila Fria, em Porto Salvo	198 750	670 854	0	0	869 604
BPI	Reabilitação e Restauro da Casa da Quinta dos Sete Castelos	408 370	566 077	315 710	56 574	1 346 731
BPI	Bombeiros Voluntários de Oeiras - Novo Quartel - Obra	1 335 249	664 751	0	0	2 000 000
BPI	Palácio dos Aciprestes - Pátio das Amendoeiras	85 148	990 963	723 889	0	1 800 000
BPI	Construção da Alameda da Zona C, Casal da Choca	195 540	304 460	0	0	500 000
BPI	Habitação Jovem: Av. Patrão Joaquim Lopes 11-15 em Paço de Arcos	244 836	355 164	0	0	600 000
BPI	Habitação Jovem - Atlético Clube de Porto Salvo	91 567	258 423	150 010	0	500 000
BPI	Rotunda na Av. Tomás Ribeiro/Rua João Chagas em Linda-a-Velha	0	364 697	12 105	0	376 802
BPI	Parque Nossa Senhora da Rocha Carnaxide Queijas	0	99 954	825 936	0	925 890
BPI	Centro de Saúde Mental e Auditório José de Castro	935 794	364 206	0	0	1 300 000
BPI	Centro Social e Cultural de Barcarena	13 018	389 207	597 774	0	1 000 000
BPI	Piscina Municipal de Barcarena	455 875	144 125	0	0	600 000
BPI	Quinta da Politeira	73 159	126 841	0	0	200 000
BPI	Infraestruturas zona C fase I, Laje	42 170	0	0	0	42 170
BPI	EB1 Sá de Miranda	0	100 000	0	0	100 000
BPI	EB1 D. Pedro V	0	20 021	0	0	20 021
BPI	Escola Gil Vicente - Queijas	0	161 130	338 870	0	500 000
BPI	Ciclovia da Rua da Fonte Vila Fria a Leceia	0	0	643 871	0	643 871
BPI	Polo de formação da Outurela	0	0	771 332	338 668	1 110 000
BPI	Alojamento de funcionários municipais (10 fogos) - Laje	0	491 832	0	0	491 832
BPI	Edifício Universidade Sénior Nova Atena (ampliação)	0	107 768	192 232	0	300 000
BPI	Edifício do Fórum Municipal	0	7 816 653	4 859 738	1 634 315	14 310 706
	Total	5 283 902	14 682 562	10 887 860	2 314 526	33 168 850

execução:

Nota 8 – Propriedades de investimento

A NCP 8 do SNC-AP prescreve o tratamento contabilístico de propriedades de investimento bem como os respetivos requisitos de divulgação, definindo propriedades de investimento como “... um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou ambos (...)”

Nos termos do ponto 6.1. relativo às políticas contabilísticas a adotar na mensuração após o reconhecimento, o Município adotou como política contabilística o modelo do custo referido no ponto 6.3., aplicando essa política a todos os ativos classificados como propriedades de investimento, através da mensuração de acordo com os requisitos da NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis, isto é, ao custo de aquisição menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

O quadro 8.2, abaixo, reflete a quantia escriturada e variações do período das rubricas de ativos classificados como propriedades de investimento de acordo com o modelo do custo.

Q.8.2 - Propriedades de investimento – modelo do custo, quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações Período	Perdas imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público	0	0	0	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	3 746 730	0	0	0	0	0	0	3 746 730
Edifícios e outras construções	13 179 914	0	0	-353 602	0	0	0	12 826 313
Outras Propriedades de Investimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedades de Investimento em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	16 926 645	0	0	-353 602	0	0	0	16 573 043

Nota 9 – Imparidades de ativos

Nos termos da NCP 9 do SNP-AP, o Município deve aplicar determinados procedimentos para aferir se um ativo está em imparidade e assegurar que as perdas por imparidade são reconhecidas, assim como assegurar a reversão de uma perda por imparidade, quando aplicável.

De realçar que relativamente aos materiais diversos de armazém (matérias-primas, subsidiárias e de consumo), o MO considerou para registo das perdas por imparidade as seguintes percentagens:

- 100% para materiais sem rotatividade há mais de 1 ano; e
- 50% para materiais sem rotatividade há pelo menos 1 ano.

Foram, no exercício findo a 31 de dezembro de 2025 registadas imparidades no montante de 50.011,11 €.

Relativamente às rubricas de “Clientes, contribuintes e utentes” e “Outras contas a receber”, o Município adota uma política de mensuração baseada na antiguidade dos saldos para a determinação das perdas por imparidade. Consideram-se como dívidas de cobrança duvidosa (imparidade a 100%) todos os créditos com vencimento superior a 12 meses. Adicionalmente, aplica-se o critério de contágio aos saldos vencidos entre 6 e 12 meses, sempre que a respetiva entidade apresente, em simultâneo, dívidas com antiguidade superior a um ano. Os movimentos do exercício de 2025 decompõem-se da seguinte forma:

- Reforço de Imparidades: 96.129,62 € (reconhecido como gasto do período);
- Reversão de Imparidades: 281.542,89 € (reconhecido como rendimento do período).

A reversão líquida verificada reflete o sucesso nas diligências de recuperação de créditos.

Q.9.1 - Imparidades de ativos geradores de caixa e não geradores

Ativos	Natureza	Quantia Bruta	Imparidades Acumuladas	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor Uso
Inventários	Gerador de Caixa	1 707 298	241 992	1 465 306		1 465 306
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de Caixa	5 345 184	3 662 952	1 682 232	1 682 232	
Outras contas a receber	Gerador de Caixa	2 234 677	403 680	1 830 997	1 830 997	
Total		9 287 158	4 308 624	4 978 534	3 513 229	1 465 306

Nota 10 – Inventários

A NCP 10 do SNC-AP, fornece orientações quanto ao tratamento contabilístico para os inventários, quanto à determinação do custo e o seu subsequente reconhecimento como gasto, bem como quanto às fórmulas de custeio utilizadas para atribuir custos aos inventários.

Nestes termos, foi adotado pelo Município o sistema de inventário permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Q.10.1 – Inventários

RUBRICAS	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias	0	0	0
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 707 298	241 992	1 465 306
Produtos acabados e intermédios	0	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0
Total	1 707 298	241 992	1 465 306

Os movimentos ocorridos durante o período de 2025 em Inventários, deveram-se essencialmente a:

- Compras de matérias-primas;
- Consumos; e
- Correções de quantidade/preço médio/unidades.

Q.10.2 - Inventários: movimentos do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos / Gastos	Variações nos Inventários	Perdas por imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Outras Reduções de Inventários	Outras Aumentos de Inventários	
Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 629 538	1 587 042	2 443 267	736 086	50 011	0	268 122	274 039	1 465 306
Produtos acabados e intermédios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1 629 538	1 587 042	2 443 267	736 086	50 011	0	268 122	274 039	1 465 306

Nota 11 – Agricultura

O objetivo da NCP 11 é estabelecer o tratamento contabilístico relativo à atividade agrícola e aplica-se a ativos biológicos (animais e plantas vivas) e produtos agrícolas na fase de colheita, ou seja, até ao corte. Atendendo a esta norma, apresenta-se como ativos biológicos, as suas videiras e oliveiras, os quais não tiveram alteração de valor no presente exercício. Já no que se refere aos produtos agrícolas, apresenta-se o seu Vinho “Villa Oeiras”, tendo sido possível o apuramento e valorização da produção no exercício de 2025.

Q.11.1 - Agricultura (variações)

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Variações no Justo Valor	Quantia Escriturada Final
		Compra	Transação sem Contraprestação	Outros Aumentos	Total dos Aumentos	Venda	Transação sem contraprestação	Outras Diminuições	Total das Diminuições		
Animais de produção duradoura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Animais consumíveis para venda com contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Animais consumíveis para alienação sem contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plantas de produção duradoura	91 839	0	0	0	0	0	0	0	0	0	91 839
Plantas consumíveis para venda com contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plantas consumíveis para alienação sem contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos agrícolas no ponto de colheita	1 481 773	0	0	254 348	254 348	0	0	432 658	432 658	0	1 303 463
Total	1 573 611	0	0	254 348	254 348	0	0	432 658	432 658	0	1 395 302

A produção do vinho referente ao ano de 2025 ascendeu ao valor de 254,0 mil euros. O valor das diminuições, de 432,0 mil euros corresponde ao diferencial resultante do apuramento dos custos de produção refletidos nos anos anteriores.

Nota 12 – Contratos de Construção

Não aplicável.

Nota 13 – Movimentos de transações com contraprestação

O rendimento das transações com contraprestação resulta de transações ocorridas durante o período de relato em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos por uma determinada quantia e ainda recebimentos de outras entidades públicas ou do resultado de juros e dividendos.

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da retribuição recebida e que grande parte deles provêm da cobrança de receitas próprias nos termos da Tabela de Taxas e Outras Receitas de 2025.

Prestação de serviços e venda de bens

O rendimento é reconhecido aquando da transmissão do direito ao serviço ou bem, evidenciado na Demonstração dos Resultados por Natureza à data de 31 de dezembro de 2025.

Juros

O rendimento é reconhecido na Demonstração dos Resultados por Natureza, através do juro efetivo durante o período do relato.

Dividendos

Os dividendos são reconhecidos aquando da colocação dos mesmos à disposição da entidade.

O quadro seguinte apresenta a decomposição dos rendimentos de transações com contraprestação à data do relato.

Q.13.1 – Rendimento de Transações com contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em:		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Prestação de Serviços	17 361 629	0	4 275 351	4 051 229	0
Vendas	413 831	0	155 749	133 671	0
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	280 687	0	0	0	0
Royalties	0	0	0	0	0
Outros Rendimentos	12 455 495	110 651	351 503	489 105	0
Total	30 511 642	110 651	4 782 604	4 674 004	0

Nota 14 – Movimentos de transações sem contraprestação

Para os rendimentos auferidos pelo Município provenientes de transações sem contraprestação foram consideradas as orientações dadas pela NCP 14 do SNC-AP.

A maioria dos rendimentos sem contraprestação, tal como referido na norma contabilística é proveniente de impostos e transferência obtidas.

As transferências são influxos de benefícios económicos provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Nestas estão incluídas as transferências relativas a financiamentos do PRR.

O quadro seguinte, apresenta a decomposição dos rendimentos provenientes de transações sem contraprestação registados à data do relato.

Q.14.1 – Rendimento de transações sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em:		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	88 534 633	0	0	0	0
Impostos indiretos	87 917 088	0	0	0	0
Taxas	14 151 523	0	1 332 550	1 048 538	0
Multas e outras penalidades	771 632	0	10 381	13 618	0
Transferências sem Condições	49 609 315	0	152 770	97 993	0
Transferências com Condições	1 505 219	18 966 827	1 445 860	0	0
Legados ofertas e doações	0	41 680 141	0	0	0
Total	242 489 410	60 646 968	2 941 561	1 160 149	0

O montante de Impostos Diretos e Indiretos tem a seguinte distribuição por rubrica:

Impostos diretos		Impostos indiretos diretos	
Decrição	Valor	Decrição	Valor
70103 - Derrama	25 667 821	70210- Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	87 917 000
70105 - Imposto Municipal sobre Imóveis	49 480 519	70299 - Outros	88
70106 - Imposto Único de Circulação	13 386 293		
	88 534 633		87 917 088

O montante refletido em legados, ofertas e doações inclui os montantes das operações de loteamento e revalorização de imóveis cedidos pelo Estado (Escolas e Centros de Saúde), decorrente do processo de descentralização, de acordo com o VPT apurado pela Autoridade Tributária.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Considerando o disposto na NCP 15 do SNC-AP, uma provisão trata-se de um passivo de momento ou quantia incertos, um passivo contingente é uma obrigação que decorre de acontecimentos passados e um ativo contingente é um ativo possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão sob o controlo do Município.

Face ao exposto, as provisões foram calculadas com base em valores atribuídos com fiabilidade e para os quais existe uma grande probabilidade de o Município vir a ser condenado, não se tendo verificado alterações significativas no valor das provisões face ao ano anterior.

O quadro *infra* demonstra as provisões registadas relativas aos processos judiciais em curso, no valor de cerca de 660 mil euros, tendo existido ao longo do exercício uma diminuição de 171 mil euros e um aumento de 59 mil euros.

Q.15.1- Provisões

Provisões	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos	Outros aumentos	Total de Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total de Diminuições	
Processos judiciais em curso	548 916	0	59 035	0	59 035	0	58 916	0	58 916	549 034
Outras provisões	111 672	0	0	0	0	111 672	0	0	111 672	0
Total	660 588	0	59 035	0	59 035	111 672	58 916	0	170 588	549 034

No quadro infra encontra-se detalhado as responsabilidades contingentes (passivos) de acordo com os processos judiciais em curso:

Conta	Designação do Processo	N.º do Processo	Objecto	Estado / Probabilidade	Montante
091	Responsabilidades contingentes				4 959 019
0911	Processos judiciais em curso				4 959 019
0911015637	UNA SEGUROS, S.A	672/24.0BESNT	Processo de Acidente 76/24	Responsabilidade transferida para a Generali Seguros, SA. Em caso de condenação, fica a cargo do Município o valor da franquia contratual	243
0911015639	Joana Almeida Gomes	612/23.4BESNT	Pedido de indemnização cível pela morte de um motociclista na Avenida Marginal	Responsabilidade transferida para a Companhia de Seguros FIDELIDADE. Em caso de condenação, fica a cargo do Município o valor da franquia contratual	10 500
0911300094	Mota-Engil - Engenharia e Construção S.A. 500 197 814 Casa da Calçada, Largo do Paço, n.º 6, 4600-017 Cepelos, Amarante	545/23.4BESNT	Contrato de Empreitada "Passeio Marítimo - Troço entre a Baía dos Golfinhos e a Praia da Cruz Quebrada", com a Ref.ª 0070/DOM/DGEPIM/14	Autos irão tramitar no TAC de Lisboa	375 059
0911300135	Promorail	1111/08.0BESNT	Pagamento de prejuízos decorrentes do prolongamento da empreitada para a concepção e construção das bancadas do Estádio Municipal de Oeiras	Sentença de 1ª instância que julgou improcedente a quase totalidade dos pedidos da autora, com excepção do pedido de ilegalidade de aplicação de multa contratual no valor de € 673.973,00 e de algumas reclamações quanto ao auto 27 da empreitada (de pequeníssimo valor) e julgou improcedentes os pedidos reconventionais de indemnização formulados pelo atraso na conclusão da obra. Decisão objeto de recurso.	1 421 822
0911500203	Companhia Caminhos de Ferro de Lisboa, EM, SA Rua 1.º de Maio, n.º 103, 1300-472 Lisboa 500595313	1159/25.0BESNT	Queda de muro na Rua Sacadura Cabral, no Dafundo, a 13.12.2022	Responsabilidade transferida para a Generali Seguros, SA. Em caso de condenação, fica a cargo do Município o valor da franquia contratual	976
0911920010	Diana Soromenho Lopes	5748/17.8T8OER	Acidente ocorrido com a Munipec na Rua Lino Assunção, Paço de Arcos, no dia 19/03/1996	Face à prova pericial entende-se que há forte probabilidade de improcedência da ação	24 000
0911971477	Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A.	134/26.1BESNT	Contrato de EOP de Construção de passeio confortável e pavimentação na rua dos bombeiros voluntários e rua hortense luz em Barcarena	Pendente	72 908
0911988956	Rui Manuel Oliveira Leitão	494/19.0BESNT	Processo Acidente 107/16	Transferência de responsabilidade para as seguradoras - MAPFRE e FIDELIDADE. Em caso de condenação, o valor da indemnização será repartido com a Seguradora, ficando a cargo do Município o valor da franquia contratual	700
0911989002	Íris Maria Caballero Filipe	47/15.2BEALM	ação de Preferência sobre o imóvel sito na Rua Soeiro Pereira Gomes Lote 55 - Já foi depositado a título de caução o valor 22.611,00. Se a ação proceder o dinheiro fica como pagamento do imóvel, se improceder o dinheiro é devolvido.	Aguarda sentença	22 611
0911989009	Maria Fernanda de Almeida Diniz de Carvalho	1283/08.3BESNT	Terreno sito em Paço de Arcos - requer o pagamento de € 20.500, a título de indemnização, por danos patrimoniais resultantes da privação do uso do imóvel.	Decisão condenatória. Foi interposto recurso.	20 500
0911989010	Associação Oeiras Merece Mais	887/06.3BESNT	SATU Oeiras	Aguarda sentença em 1ª instância.	2 959 700
0911997206	José Maria dos Santos Fernandes	649/24.6BESNT	Decretação de despejo administrativo ilícito, na Rua Dr. Vitor Sá Machado, n.º 12, 1.º Esq., Carnaxide	Pendente	50 000
					4 959 019

No quadro seguinte são detalhadas, como ativos contingentes, as cauções não pecuniárias e garantias existentes à data do relato:

Conta	Entidade	Montante
092	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas	78 362 012
0921	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas - Prestadas	88 864 855
09211	Cauções /Garantias - Prestadas por Fornecedores de c/c	3 751 398
09211233299	Auto Sueco Portugal - Veículos Pesados,sa	40 329
09211300073	João Jacinto Tomé, S.A.	21 894
09211400010	Finlog Aluguer e Comércio de Automóveis, SA.	79 080
09211500515	Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.	60 000
09211500682	Lease Plan Portugal Comércio e Aluguer Automóvel e Equipamentos, Lda	10 488
09211500932	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	205 894
09211501081	Toyota Caetano Portugal, S.A.	10 463
09211501220	Vodafone Portugal, SA	118 453
09211501657	Parques e Jardins - Projectos e Construção, Lda	87 945
09211501762	Man Truck & Bus Portugal, Soc. Unipessoal, Lda	33 975
09211502339	Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	42 168
09211503997	Uniself - Soc. Restaurantes Públicos e Privados, SA	229 691
09211503999	Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	118 025
09211504208	Eurest Portugal Soc Europeia Restaurantes Lda	120 000
09211504778	Hydraplan - Manutenção e Comércio de Veículos, SA	32 315
09211504807	Deltabus Tranportes, Lda	64 151
09211971891	Generali Seguros, S.A.	85 944
09211975938	Carlos Oliveira Caseiro - Manut. de Fontes Luminosas, Unip., Lda.	16 663
09211976129	CARCLASSE- Comércio de Automóveis, S.A.	31 200
09211976240	EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	514 878
09211976364	MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e manutenção de ativos, SA	56 400
09211977584	Ovo Solutions - Soluções Ambientais, SA	29 813
09211977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	141 470
09211977761	Iluminações Teixeira Couto Unipessoal, Lda.	25 108
09211978392	PSG - Segurança Privada, S.A.	105 000
09211978809	Ambienti D'Interni - Unipessoal, Lda.	3 799
09211978839	NRV - Consultores de Engenharia, S.A.	30 975
09211979545	Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal	25 497
09211979789	Perene, S.A.	92 519
09211979972	Soma - Environmental Solutions, Lda.	19 650
09211986464	Vitor Hugo - Coordenação e Gestão de Projectos, S.A.	24 922
09211986486	Sá Limpa - Sociedade de Limpezas, Lda.	23 216
09211987162	Atelier Central, Arquitectos, Lda	46 856
09211987618	Justacolina - Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal, Lda	124 390
09211988762	MVCC – Mercês Vieira e Camilo Cortesão, Arquitectos, Lda.	10 114
09211990177	Push Safety, Lda.	8 749
09211990195	Arquijardim, S.A.	98 084
09211990559	Oeiras Praia Restauração Lda	47 462
09211990777	Gonçalo Byrne, Arquitectos, Lda.	26 300
09211991260	Ecoambiente - Serviços e Meio Ambiente, SA	327 874
09211991485	CTT Soluções Empresariais, S.A.	28 792
09211991860	Prezero Ambiente,S.A.	280 543
09211993750	Pqb - Produtos Químicos e Biológicos Unipessoal Limitada	25 000
09211995146	Goldenergy, Empresa Comercializadora de Energia S.A	24 000
09211996392	P.I.m. - Facility Management, Unipessoal Lda	22 421
09211998770	Crayon Software Licensing, Unipessoal Lda	178 886

Conta	Entidade	Montante
09212	Cauções/Garantias - Prestadas por Fornecedores de investimento	26 497 893
09212131696	Sibafil - Sociedade de Empreitadas, Lda.	10 554
09212134667	ENOCIVIL, LDA.	17 511
09212214308	Lenaconstroi - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.	7 326
09212218016	JTM - Construção Coordenação e Gestão de Obras, LDA.	982
09212223048	Gardinus - Construção e Manutenção de Espaços Verdes, Lda.	1 712
09212227958	JPMAENG, Unipessoal, Lda.	10 739
09212300005	Mateus Vicente & Seabra Nascimento, Lda.	922
09212300014	Quinagre Construções S.A.	101 284
09212300016	Luís Frazão - Construção Civil e Obras Públicas, S	55 090
09212300022	Socjjoba, Lda.	1 201
09212300028	Teixeira Duarte Eng. Construções, SA	201 690
09212300034	Armando Cunha S.A.	79 523
09212300041	Alves Ribeiro, S.A.	35 553
09212300048	Comprojecto - Projectos e Construções, Lda	2 008
09212300049	Canas Correia, S.A.	1 292
09212300052	CJG - Construções, Ldª.	4 435
09212300060	Edisserra - Construções, S.A.	10 036
09212300072	Oliveiras, S.A.	168 703
09212300073	João Jacinto Tomé	8 841
09212300085	Trafurbe - Sinalização, Construção e Engenharia,	11 701
09212300086	Silva Brandão & Filhos, Lda.	6 120
09212300108	Monumenta-conserv.restauropatrimónio Arquitectónico	39 311
09212300110	Flores & Gomes, Construções e Obras, Lda.	6 216
09212300113	Pavilancil - Soc. de Construções de Pavimentos e L	10 455
09212300117	Azinheiro - Sociedade de Construções, S.A.	5 090
09212300135	Promorail, Lda.	203 104
09212300136	N. Costa Ramos, Ldª.	112
09212300137	Ecbuild Construção e Projecto Lda	835
09212300138	Evento Engenharia e Construção Civil, Lda.	19 994
09212300139	Magoflor Jardins do Magoito Lda	1 160
09212300141	Sotecnisol - Coberturas e Fachadas, S.A.	3 287
09212300145	Loviril - Construção Civil, Lda.	470 527
09212500001	Artemisia - Centro de Jardinagem, Lda.	7 507
09212500249	Schröder Iluminação, S.A.	5 967
09212500341	Alberto Roque, Lda.	22 402
09212500454	Fabrigimno-fabric.mat.desporto,lda	11 395
09212500468	Fernando L. Gaspar, S.A	19 885
09212500858	OLICO - Materiais para construção civil e obras pú	61 671
09212501169	Sopsa Eco Innovation, S.A.	73 610
09212501583	UEM - Unidade Estruturas Metálicas, SA	14 278
09212501656	Engirega - Projectos e Execução de Sistema, Lda.	8 071
09212501657	Parques e Jardins, Lda.	2 225
09212501807	Sociedade de Construções Manços & Calains	5 480
09212501808	S.T.A.P. - Reparação, Consolidação e Modificação d	106 398
09212502136	Cristina Verissimo, Diogo Burnay, Arquitectos Associados, Lda.	12 950
09212502170	Omep-obras, Medi. Proj. Ldª.	21 258
09212502225	Etratraf, S.A.	1 753
09212504563	SOMOVE, LDA	47 960

Conta	Entidade	Montante
09212504680	SNSV - Soc. Nacional de Sinalização Vertical, Lda.	5 195
09212505169	Prospectiva-Projetos, Serviços, Estudos, SA	4 098
09212970569	Cobeng Construtora, Lda.	26 308
09212970972	Gasfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	60 634
09212971012	Topbet - Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos,	112 182
09212971367	Sanestradas-Empr.Obras Públicas e Particulares,SA	50 345
09212971477	Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A.	46 573
09212971781	PROPEMI	20 338
09212972026	XIX Construções, Projecto e Gestão, Lda.	45 973
09212972176	Era - Arqueologia, S.A.	1 800
09212972839	Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda.	1 627
09212973277	Paredes & Paredes, Lda.	3 891
09212973747	Estrela do Norte, Lda.	138 175
09212973799	Unikonstrói, Lda	579 101
09212974143	Protecnil - Sociedade Técnica de Construções, Lda.	235 564
09212975042	João Manuel Neto Rosa	265
09212975507	Soltráfego - Sol. de Trânsito, Estacionamento e Co	1 671
09212975624	Lourenda Construção Civil, Lda	7 350
09212975926	Orona Portugal, Lda.	234
09212976169	Habitãmega - Construções, S.A.	79 375
09212976193	Eduardo Medeiro	11 516
09212976364	MOTA-ENGL ATIV - Gestão e manutenção de ativos, SA	57 330
09212976775	Toscca - Equipamentos em Madeira, Lda.	4 988
09212977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	250 709
09212977701	CONSTARTE - Construções, S.A.	45 301
09212977751	Ernesto Ribeiro Ferreira, Lda	37 762
09212977970	Comporto - Sociedade de Construções, S.A.	1 883
09212978049	Green World, Lda.	34 894
09212978186	Tomás de Oliveiras, S.A	11 988
09212978459	Viesa - Engenharia, Lda	482
09212978461	Schmid Constuções, Lda.	119 480
09212978489	Terraços de Prata - Unipessoal, Ldª.	28 487
09212978585	Arouconstroí - Engenharia e Construções, S.A.	7 973
09212979336	Geração & Excelência - Construção Cívica e Obras Pu	2 024
09212979633	Fraterna - Engenharia, Consultoria e Construção, L	141 507
09212979665	Ubc SA	10 458
09212979876	Margem Mítica, Lda.	7 226
09212979940	Euroténis - Equipamentos Desportivos, Lda	14 100
09212979975	Tecnaco - Técnicas de Construção, S.A.	70 923
09212980255	AECI, Arquitectura, Construção e Empreend.Imobiliár	453
09212980625	Nortejuvil - Sociedade de Construções, Lda	32 475
09212980691	Scampia - Engenharia, Unipessoal Lda	137 102
09212980709	Bricantel - Comércio de Material Eléctrico de Braga	3 362
09212980725	Alexandre Barbosa Borges, SA.	4 565 000
09212981116	Francisco Duarte Prego & Filhos, Lda.	45 470
09212981175	M. L. Moita Sociedade Geral de Construção Civil, Ldaª	2 099
09212982307	Mafragua, Lda.	6 179
09212982842	Vertente Colossal, Construção Civil Unipessoal, Lda	2 400
09212982851	Murarte Construções, Lda.	2 363

Conta	Entidade	Montante
09212982993	Imoconstarte - Construções S.A.	3 499
09212983005	Louristrada - Construção Civil de Vias, Lda	1 782
09212983941	Obragoito - Obras Públicas e Serviços, Lda.	97 712
09212984895	Optibuilding, Lda	281 381
09212984897	Construtora Vila Franca, Lda.	4 411
09212984899	ECON - ECO Construção, Lda	288 541
09212984933	Construções Borges & Cantante, Lda.	-14 467
09212984946	NOW XXI - Engenharia & Construções, Lda.	254 282
09212984989	GRANIMARANTE, Granitos e Construções, Lda.	6 960
09212985243	2 GM Construções Cívicas SA	2 598
09212985361	Pinto e Relvas - Construção e Remodelações, Lda.	39 910
09212985477	J.C.N.F. - Construção, Lda.	4 500
09212985523	Decoverdi - Plantas & Jardins, Lda.	27 764
09212985528	Bcity - Manutenção Espaços Urbanos, Unipessoal, Lda.	13 625
09212986412	Panoramalider, Unipessoal, Lda.	1 472
09212986503	WALL UP, LDA.	59 304
09212986505	Signinum - Gestão de Património Cultural, Lda.	185 517
09212986552	A. Santos Electricidade, Lda.	5 262
09212986654	Joaquim Dias Antunes, Unipessoal Lda.	159 071
09212986802	Inovbuild, Lda	286 174
09212986937	PLANDESE, S.A.	162 225
09212987082	Engicloud, Lda.	15 429
09212987297	Metalcário - Construções, Lda.	22 318
09212987778	Tecnorém - Engenharia e Construções SA	2 608 179
09212988130	Perspectivas e Perpendiculares Unipessoal, Lda.	3 104
09212988603	Wikibuild, SA	340 861
09212988898	PEOP - Projectos e Execução de Obras Públicas, Lda.	1 384
09212988942	Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras, A.C.E	5 294 598
09212988949	Rkesa, Lda.	70 889
09212989454	DGPW S.A.	1 956 985
09212990158	Ressa Construções, S.A.	409 750
09212990236	Artur Florêncio & Filhos, AFFSports, Lda.	1 168
09212990246	Carmo - Estruturas em Madeira, S.A.	3 858
09212990594	Termosul - Projectos e Instalações, S. A	33 091
09212991260	Ecoambiente-Serviços e Meio Ambiente, S.A.	1 480
09212991484	Diagonal-Eficaz, Lda.	82 374
09212991818	Arcos Combinados - Projectos, Geotécnica e Construções S.A.	79 409
09212991825	Sá Machado, Lda.	107 425
09212991841	HT - International Water Technology Contol, S.A.	26 715
09212991850	Ferreira - Construção SA	509 997
09212993397	RUCE - Construção e Engenharia, Lda.	196 546
09212993888	PAVIZÉS - Comércio e Transporte de Materiais de Construção, Lda.	16 731
09212994782	Área Cosmopolita, Lda	14 695
09212995661	Ergliz - Construção e Restauro de Edifício, Lda	763 772
09212995844	Teixeira, Pinto & Soares, S.A.	1 651 456
09212996349	CPW - Engenharia, Lda.	142 501
09212996365	Embeiral - Engenharia e Construção, S.A.	589 870
09212997437	Portilame, S.A.	610 815
09212998330	Casaplano, Engenharia e Construção, Lda.	21 743
09212998528	MURBAN - Mobiliário Urbano e Serviços, Lda.	8 211
09212998544	Baptista Fernandes & Tavares Sequeira, Lda.	44 258

Conta	Entidade	Montante
09213	Cauções /Garantias - Prestadas por Clientes	58 615 564
09213015108	Meresol I - Real Estate, Lda	178 481
09213187954	Fita Metrica - Investimentos Imobiliários Lda	34 165
09213227598	Dialce - Construção, Empreendimentos Imobiliários e Turísticos SA	31 852
09213300041	Alves Ribeiro, S.A.	906 833
09213300062	Ferreiras & Magalhães ,SA (em liquidação)	48 887
09213400015	Caixa Económica Montepio Geral	2 620
09213500099	Auto Industrial, S.A.	24 095
09213500219	C. Santos - Veículos e Peças, SA	17 550
09213500743	Makro - Cash & Carry Portugal, SA	1 410
09213500932	Petrogal, S.A.	798
09213501123	SIC - Soc. Independente de Comunicação, SA	2 828 514
09213501201	Taguspark - Soc. Prom. Desenv. Parque Ciência Tecn. A. Lx, SA	363 918
09213501607	Nestle Portugal, SA	80 418
09213501612	Modelo Continente Hipermercados S.A.	37 950
09213501616	Lidl & Cia	1 416 807
09213501898	Miele Portuguesa - Máquinas Industriais e Electrodomésticos, Lda.	41 160
09213501926	Pingo Doce - Distribuição Alimentar SA	22 437
09213505125	Carlos Sabido & Filhos, SA	2 020
09213505388	Soc Construções Azulil Ferreira & Irmão Lda	16 678
09213930487	Fábrica da Igreja Paroquial Santo António de Nova Oeiras	15 572
09213970043	Qualihab - Compra e Venda de Imóveis, Construção, Ld ^a	617 735
09213971704	Banif Banco de Investimento, SA	1 800
09213972211	Surgicare - Unidades de Saúde, SA	118 320
09213973401	Bayer Portugal, Lda.	11 693
09213973667	Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural Lisboa, SA	156 446
09213974258	ALCIR - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	69 600
09213974282	Construções Domingos Barreiros, Ld. ^a	6 530
09213974337	Marfer - Construções Civas, Lda.	69 850
09213976230	Gaip Power, SA	9 645
09213977392	J Dias & Dias, SA	41 543
09213977718	Auchan Retail Portugal, S.A.	72 727
09213977790	Vila Galé - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, SA	25 720
09213977840	DCHJ - Construções, Lda	2 400
09213978879	Federação Portuguesa de Futebol	2 069 764
09213979337	Novo Banco, S.A.	4 392 602
09213979923	TVI - Televisão Independente, SA	4 388 857
09213980408	Food4Kings, S.A.	13 028
09213982118	Naípe D'Emoções - Restauração e Gestão de Espaços Comerciais, Lda.	3 750
09213982525	Pinpropco, Lda.	475 975
09213985305	Joaquim Chaves-Sociedade Imobiliária, S.A.	339 220
09213985573	João Farinha & Filhos, SA	15 340
09213985891	Longavia Imobiliária SA	30 506
09213986694	A.L.S - Engenharia e Construção Lda	18 804
09213986816	Sociedade de Construções Dias e Cunha, Lda	10 087
09213986817	Naturidade, SA	75 000
09213986920	Esquiços Concretizados - Lda	37 010
09213987637	FUTURE OPPORTUNITY LDA	720 226
09213987668	Krestpor - Sociedade Imobiliária, Lda	141 100

Conta	Entidade	Montante
09213988013	VC Prime Estate, SA	1 176 049
09213988367	Álvaro Rodrigues Ferreira	4 330
09213988368	Ana Rita Cabral Gonçalves Onofre Ervilha	3 260
09213988370	Arnaud Gerard Jacques Daniel Pierre Guillermo	6 130
09213988373	Cesar Miguel Canica Jesus	4 480
09213988375	CL2F - Engenharia, Reabilitação e Construção, SA	15 424
09213988377	D. Amaral - Assistência e Prevenção Dentária Unipessoal, Ld ^ª	6 430
09213988379	Eixos Simétricos Construções Lda	9 260
09213988380	Exclusivescenery Lda	270 900
09213988381	Fantastic Connection - Ld ^ª	48 913
09213988399	Fundo de Pensões do BCP	4 920
09213988401	Germano Augusto Cerqueira Cardoso	6 130
09213988404	Companhia Ibm-portuguesa	2 430
09213988407	Ilda Maria Costa Ferreira da Silva São João	1 200
09213988409	ISAVU- Investimentos e Gestão Imobiliária, Lda	9 664
09213988414	João Carlos Álvares Moreira da Fonseca	1 786
09213988421	Lagoalto-constr. Compra e Venda de Imóveis Ld ^ª	219 346
09213988422	Lucília Pires Rodrigues Boaventura de Azevedo	1 370
09213988439	Manuel Gomes Ferreira	31 197
09213988443	Miguel Luis Pinto Veloso	6 700
09213988444	NATÁLIA SOFIA LEOCÁDIO PARENTE	4 140
09213988445	NEUREIFEN - Empreendimentos SA	68 830
09213988446	Neutripromo - Compra e Venda de Imóveis Ld.ª	3 679 520
09213988450	Paulo Nuno Carvalho Campos	4 082
09213988451	Pierre Guy Alain Guillermo	6 130
09213988452	Sandro Carlo Marques dos Santos	8 633
09213988453	Lin Tianbiao	5 910
09213988455	VilaOeiras - Sociedade Imobiliária SA	437 647
09213988457	João Paulo Mestre dos Santos	17 033
09213988480	Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento SA	2 585
09213988841	Luis Miguel Afonso Fernandes	8 610
09213988888	João Matias Sociedade Unipessoal Lda	8 690
09213988943	Avelar & Teixeira, Lda	18 000
09213989003	Fundação Otília Pessoa Murta Lourenço e Marido	188 044
09213989018	Soc. Const. Alexandre e Baleia - Lda	57 972
09213989325	Ángelo Peixoto Martinho	6 370
09213990154	Green Charge - Mobilidade Electrica, Lda	3 587
09213990547	Bk Portugal, S.A	31 333
09213990716	Sara Afonso de Castro Barros	6 240
09213990948	Hugo Miguel de Oliveira Coelho Gonçalves Pinto	7 200
09213991100	Sérgio Nuno Vieira de São João	6 500
09213991258	Sociedade Agrícola Quinta da Mó de Cima, Sa	7 000
09213991295	Branques Imobiliária Limitada	37 730
09213991877	Madadna Portugal - SICAFI, SA	1 832 292
09213991881	Soma Future Construção SA	60 445
09213991919	Zume Construções, S. A.	287 570
09213991935	Transportes Rodrigo Costa e Filho, SA	744 457
09213991957	Ilustre e Perfeito, Lda	452 490
09213993050	Reabillta, Lda	175 479

Conta	Entidade	Montante
09213993058	Marta Maria Baptista Martins Monge Matos	2 510
09213993193	Alcon Portugal - Produtos e Equipamentos Oftalmológicos Lda	1 709
09213993337	Sociedade de Construções Eurico & Isidro, Lda.	35 100
09213993366	Victory Invitation Lda	133 240
09213993479	Construções Germano Cardoso, Lda	18 580
09213993581	PRPONTOOE LDA	2 258 957
09213994118	Ricardo José Dos Santos Martins	4 470
09213994351	PRISI - Promoções Imobiliárias, Lda	28 260
09213994386	Agora Obm Unipessoal Lda	850 000
09213994607	joaquim Lopes de Figueiredo	1 760
09213994684	Nextimo Imobiliária, Lda	2 050
09213994685	Odete Maria Guedes Ribeiro	2 050
09213994796	VIZELPAS - INVESTIMENTOS, S.A	153 990
09213994811	Bradifer Construções e Investimentos Lda	28 250
09213995394	Assoc. Proprietários e Moradores da Urb. S. Pedro Cacilhas	1 540 222
09213995441	Paulo Alexandre Franco Gomes Monteiro Caçada	10 000
09213995473	Giesta Celestial - Investimentos Imobiliários - Lda	200 000
09213995479	Foz do Tejo - Fundo de Investimento Imobiliario Fechado	16 590 860
09213995599	Conzel - Construções do Zêzere, S.A.	49 147
09213996076	SOLEXTROVERTIDO - UNIPESOAAL LDA	540 419
09213996354	Open Area, Lda	3 410
09213996431	Navibordo	43 164
09213996540	Nazir Sadru Din	21 822
09213996555	Cristina Maria Dias Fulgêncio Parente	2 650
09213997011	Ana Filipa Neves	2 060
09213997153	Lisboamar Empreendimentos Imob. S.a.	1 995 880
09213997230	Rui Manuel Loureiro Fonseca	7 309
09213997424	SALPAC - Compra e Venda de Imóveis, Lda	16 242
09213998537	Lidia Santos	10 503
09213999095	Luísa Maria Encarnação de Almeida Campos	300 000
09213999552	Invesprédio - Investimentos Imobiliários S. A.	197 787
09213999558	Esfere Invulgar - Unipessoal, Lda	3 186 072
09213999641	Quinta do Alverde S.A.	359 701
09213999643	Fernando João Silva Fernandes Abreu	5 507
0922	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas -Devolvidas	-10 502 843
09221	Cauções /Garantias - Devolvidas a Fornecedores de c/c	-847 185
09221233299	Auto-Sueco Portugal - Veículos Pesados, SA	-13 500
09221500932	Petrogal, S.A.	-51 220
09221501220	Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA	-27 438
09221504208	Eurest Portugal Soc Europeia Restaurantes Lda	-72 000
09221971891	Generali Seguros, S.A.	-85 944
09221977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	-141 470
09221978392	PSG - Segurança Privada, S.A.	-105 000
09221979789	Perene, S.A.	-52 417
09221990056	Kinto Portugal, S.A.	-16 172
09221991260	Ecoambiente - Serviços e Meio Ambiente, SA	-1 480
09221991860	Prezero Ambiente,S.A.	-280 543

Conta	Entidade	Montante
09222	Cauções/Garantias - Devolvidas a Fornecedores de investimento	-1 215 191
09222131696	Sibafil - Sociedade de Empreitadas, Lda	-5 020
09222134667	Enocivil, Lda	-1 514
09222214308	Lenaconstroi - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.	-5 868
09222218016	JTM - Construção Coordenação e Gestão de Obras, LDA.	-982
09222223048	Gardinus - Construção e Manutenção de Espaços Verdes, Lda.	-642
09222227958	JPMAENG, Unipessoal, Lda.	-1 642
09222300016	Luis Frazão - Construção Civil e Obras Públicas, S	-35 808
09222300028	Teixeira Duarte Eng. Construções, SA	-81 476
09222300034	Armando Cunha S.A.	-27 405
09222300041	Alves Ribeiro, S.A.	-12 808
09222300052	CJG - Construções, Ldª.	-4 435
09222300072	Oliveiras, S.A.	-5 559
09222300073	João Jacinto Tomé	-4 460
09222300085	Trafiurbe - Sinalização, Construção e Engenharia,	-2 583
09222300108	Monumenta-conserv.restauropatrimónio Arquitectónico	-2 314
09222300138	Evento Engenharia e Construção Civil, Lda.	-240
09222300141	Sotecnisol - Coberturas e Fachadas, S.A.	-1 938
09222500249	Schröder Iluminação, S.A.	-5 967
09222500341	Alberto Roque, Lda.	-5 341
09222500454	Fabrigimno-fabric.mat.desporto,lda	-2 241
09222500468	Fernando L. Gaspar, S.A	-7 276
09222500858	OLICO - Materiais para Construção Civil e Obras Públicas, Lda	-18 049
09222501169	Sopsa Eco Innovation, S.A.	-21 702
09222501808	S.T.A.P. - Reparação, Consolidação e Modificação d	-29 034
09222504680	SNSV - Soc. Nacional de Sinalização Vertical, Lda.	-1 948
09222970972	Gasfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	-7 270
09222971012	Topbet - Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos,	-28 943
09222971367	Sanestradas - Empreitadas de Obras Públicas e Particulares, S.A.	-26 010
09222971477	Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A.	-7 582
09222971781	PROPEMI	-3 487
09222972026	XIX Construções, Projecto e Gestão, Lda.	-1 620
09222972839	Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda.	-1 627
09222973747	Estrela do Norte, Lda.	-40 170
09222973799	Unikonstrói, Lda	-98 071
09222974143	Protecnil - Sociedade Técnica de Construções, Lda.	-36 002
09222976193	Eduardo Medeiro, Lda	-5 618
09222976364	MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e manutenção de ativos, SA	-27 115
09222977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	-27 156
09222977701	CONSTARTE - Construções, S.A.	-15 788
09222977751	Ernesto Ribeiro Ferreira, Lda	-13 989
09222978459	Viesa – Engenharia, Lda	-482
09222978809	Ambienti D'Interni - Unipessoal, Lda.	-596
09222979336	Geração & Excelência - Construção Cívica e Obras Públicas, Lda.	-2 024
09222979633	Fraterna - Engenharia, Consultoria e Construção, L	-12 401
09222979876	Margem Mítica, Lda.	-3 455
09222979975	Tecnaco - Técnicas de Construção, S.A.	-7 092
09222980691	Scampia - Engenharia, Unipessoal Lda	-37 403
09222980725	Alexandre Barbosa Borges, SA.	-39 831

Conta	Entidade	Montante
09222981116	Francisco Duarte Prego & Filhos, Lda.	-1 195
09222982993	Imoconstarte - Construções S.A.	-3 499
09222983005	Louistrada - Construção Civil de Vias, Lda	-1 069
09222983941	Obragoito - Obras Públicas e Serviços, Ldª.	-17 140
09222984895	Optibuilding, Lda	-37 473
09222984897	Construtora Vila Franca, Lda	-2 438
09222984946	NOW XXI – Engenharia & Construções, Lda.	-24 874
09222985243	2 GM Construções Civis SA	-1 357
09222985361	Pinto e Relvas- Construção e Remodelações, Lda.	-24 022
09222985523	Decoverdi - Plantas & Jardins, Lda.	-6 021
09222986505	Signinum - Gestão de Património Cultural, Lda.	-20 887
09222986654	Joaquim Dias Antunes, Unipessoal Lda.	-31 330
09222986802	Inovbuild, Lda	-2 799
09222987297	Metalcário – Construções, Lda.	-8 533
09222987778	Tecnorém - Engenharia e Construções, SA	-268 200
09222988130	Perspectivas e Perpendiculares Unipessoal, Lda	-1 862
09222988898	PEOP – Projectos e Execução de Obras Públicas, Lda.	-830
09222990158	Ressa Construções, S.A.	-25 381
09222990236	Artur Florêncio & Filhos, AFFSports, Lda.	-1 133
09222990246	Carmo - Estruturas em Madeira, S.A.	-1 574
09222993888	PAVIZÉS - Comércio e Transporte de Materiais de Construção, Lda.	-2 413
09222994782	Área Cosmopolita, Lda	-1 177
09223	Cauções /Garantias - Devolvidas a Clientes	-8 440 467
09223501123	SIC - Soc. Independente de Comunicação, SA	-2 436 514
09223501607	Nestle Portugal, SA	-20 000
09223501616	Lidl & Cia	-149 781
09223973401	Bayer Portugal, Lda.	-6 000
09223973667	Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural Lisboa, SA	-156 446
09223977718	Auchan Retail Portugal, S.A.	-72 727
09223978879	Federação Portuguesa de Futebol	-177 151
09223979923	TVI - Televisão Independente, SA	-2 373 857
09223986816	Sociedade de Construções Dias e Cunha, Lda	-10 087
09223987668	Krestpor - Sociedade Imobiliária, Lda	-141 100
09223988013	VC Prime Estate, SA	-245 650
09223988375	CL2F - Engenharia, Reabilitação e Construção, SA	-15 424
09223988445	NEUREIFEN - Empreendimentos SA	-68 830
09223990716	Sara Afonso de Castro Barros	-6 240
09223990948	Hugo Miguel de Oliveira Coelho Gonçalves Pinto	-7 200
09223991295	Branques Imobiliária Limitada	-37 730
09223991935	Transportes Rodrigo Costa e Filho, SA	-185 774
09223993193	Alcon Portugal - Produtos e Equipamentos Oftalmológicos Lda	-1 709
09223993479	Construções Germano Cardoso, Lda	-18 580
09223995479	Foz do Tejo - Fundo de Investimento Imobiliario Fechado	-1 995 880
09223996076	SOLEXTROVERTIDO - UNIPessoal LDA	-270 623
09223996431	Navibordo	-43 164

No seguimento do divulgado na nota relativa à NCP 4, é também orientação da CNC que sejam divulgados os ativos contingentes associados ao contrato de concessão com a E-Redes. Assim, de acordo com a informação, mais recente, divulgada pela empresa, verifica-se um conjunto de ativos com o valor líquido de 49.066.899,99 € dos quais não reúnem condições para reconhecimento nos termos da NCP 4, pelo que se divulga como ativos contingentes.

O quadro infra contém a informação prestada pela E-REDES com referência ao ano de 2025

Quadro Concessões BT - Imobilizado Bruto

DDCC

1110|Lisboa - Oeiras

Ano de 2025

Unidade: euros

Rubricas	Imobilizado em exploração			Subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido
Imobilizado Intangível Regulado	50 860 255,99	39 657 073,41	90 517 329,40	20 325 352,24	21 125 077,17	41 450 429,41	90 517 329,40	41 450 429,41	49 066 899,99
Imobilizado Intangível Regulado aceite	45 532 212,58	34 719 512,15	80 251 724,73	18 452 287,34	21 122 248,33	39 574 535,67	80 251 724,73	39 574 535,67	40 677 189,06
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	5 328 043,41	4 937 561,26	10 265 604,67	1 873 064,90	2 828,84	1 875 893,74	10 265 604,67	1 875 893,74	8 389 710,93
Específico em BT	50 860 255,99	39 657 073,41	90 517 329,40	20 325 352,24	21 125 077,17	41 450 429,41	90 517 329,40	41 450 429,41	49 066 899,99
Postos Transformação e Seccionamento	9 512 721,81	10 033 622,82	19 546 344,63	1 585 208,99	4 392 898,85	5 978 107,84	19 546 344,63	5 978 107,84	13 568 236,79
Redes aéreas	2 361 209,86	1 486 512,32	3 847 722,18	650 835,12	551 598,82	1 202 433,94	3 847 722,18	1 202 433,94	2 645 288,24
Redes subterrâneas	13 538 776,66	8 652 487,69	22 191 264,35	4 090 475,05	5 066 586,73	9 157 061,78	22 191 264,35	9 157 061,78	13 034 202,57
Chegadas aéreas	745 711,44	193 472,53	939 183,97	307 574,42	91 164,81	398 739,23	939 183,97	398 739,23	540 444,74
Chegadas subterrâneas	4 179 280,96	4 672 713,72	8 851 994,68	813 713,78	3 875 598,26	4 689 312,04	8 851 994,68	4 689 312,04	4 162 682,64
Contadores e acessórios	7 691 880,05	813 852,75	8 505 732,80	2 383 755,00	1 514,34	2 385 269,34	8 505 732,80	2 385 269,34	6 120 463,46
Contadores	5 269 272,32	153 136,52	5 422 408,84	1 873 064,90	96,88	1 873 161,78	5 422 408,84	1 873 161,78	3 549 247,06
Outro equipamento	2 422 607,73	660 716,23	3 083 323,96	510 690,10	1 417,46	512 107,56	3 083 323,96	512 107,56	2 571 216,40
Equipamentos Acessórios e Outros**	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	12 746 808,24	9 019 986,84	21 766 795,08	10 493 789,88	7 142 983,40	17 636 773,28	21 766 795,08	17 636 773,28	4 130 022,80
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 01.01.2015)	37 694,21	-	37 694,21	-	-	-	37 694,21	-	37 694,21
Outras Funcionalidades	25 095,88	-	25 095,88	-	-	-	25 095,88	-	25 095,88
Função Medição	12 598,33	-	12 598,33	-	-	-	12 598,33	-	12 598,33
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015) ¹⁾	46 172,76	4 784 424,74	4 830 597,50	-	2 731,96	2 731,96	4 830 598,46	2 732,00	4 827 866,46
Outro Específico não aceite em BT para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chegadas Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e Recursos Naturais (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Específico em BT aceite	45 532 212,58	34 719 512,15	80 251 724,73	18 452 287,34	21 122 248,33	39 574 535,67	80 251 724,73	39 574 535,67	40 677 189,06
Total Específico em BT não aceite	5 328 043,41	4 937 561,26	10 265 604,67	1 873 064,90	2 828,84	1 875 893,74	10 265 604,67	1 875 893,74	8 389 710,93
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	50 860 255,99	39 657 073,41	90 517 329,40	20 325 352,24	21 125 077,17	41 450 429,41	90 517 329,40	41 450 429,41	49 066 899,99

Nota 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Não aplicável.

Nota 17 – Acontecimentos Após a Data de Relato

De acordo com a NCP 17, os acontecimentos após a data do relato, correspondem aos acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis que ocorreram entre a data do relato e a data em que as presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão.

Na sequência das calamidades naturais registadas no início do exercício de 2026, o Município de Oeiras procedeu ao levantamento e estimativa dos danos ocorridos no património e infraestruturas sob sua gestão. De acordo com as avaliações técnicas efetuadas pelos serviços municipais competentes, o valor global estimado para a reposição, reparação e consolidação dos ativos afetados ascende a, aproximadamente, 10,56 milhões de euros.

Este montante de investimento e despesa corrente, a executar no decurso de 2026, encontra-se segmentado pelas seguintes tipologias de intervenção:

1. **Rede Viária Municipal:** Intervenções em plataformas viárias (base e revestimento), sinalética, guardas metálicas e sistemas de drenagem pluvial (aquedutos, valetas e sumidouros) – 1,95 milhões de euros;
2. **Estabilização de Encostas:** Reparação de taludes e muros de suporte ou contenção de vias municipais – 4.16 milhões de euros;
3. **Edifícios e Construções Municipais:** Recuperação de instalações de apoio aos serviços (Paços do Concelho, estaleiros), equipamentos desportivos e culturais, incluindo arranjos exteriores – 1.06 milhões de euros;
4. **Equipamento Complementar e de Lazer:** Reposição de abrigos de passageiros, mobiliário urbano (papeleiras e contentores RSU), parques infantis, jardins e rede de iluminação pública – 0.3 milhões de euros;
5. **Parque Escolar:** Recuperação de edifícios escolares e instalações de apoio sob gestão municipal – 2.23 milhões de euros;
6. **Outras Infraestruturas:** Intervenções em ativos de propriedade municipal ou intermunicipal não abrangidos nas categorias precedentes – 0,8 milhões de euros.

Dada a natureza e a data de ocorrência destes eventos (posterior a 31 de dezembro de 2025), os mesmos não deram lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras do presente exercício, sendo aqui divulgados pela sua materialidade e impacto expectável nos orçamentos e fluxos de caixa do exercício subsequente.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

De acordo com o disposto na NCP 18 do SNC-AP, os instrumentos financeiros correspondem aos contratos que originam ativos financeiros de uma entidade e passivos financeiros de uma outra entidade.

Em relação à mensuração, quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, deve ser mensurado pelo seu justo valor.

Acrescenta a norma que, após esse reconhecimento inicial, a entidade deve mensurar na data do relato todos os ativos financeiros pelo justo valor e devidas alterações reconhecidas na demonstração de resultados e os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método de juro efetivo.

Q.18.1 Ativos Financeiros

Os movimentos ocorridos na rubrica Ativos financeiros detidos para negociação dizem respeito a transações com CEDIC. No exercício findo a 31 de dezembro de 2025 o Município não detinha qualquer ativo financeiro detido para negociação.

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos					Diminuições					Quantia Escriturada final
		Compra	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Total dos Aumentos	Alienação	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	Total das Diminuições	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	4 600 000	0	0		0	0	4 600 000	0		0	4 600 000	0
Ativos financeiros detidos para negociação	4 600 000	0	0		0	0	4 600 000	0		0	4 600 000	0
Participações financeiras - justo valor	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0
Outros ativos financeiros	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0
Participações financeiras - custo	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0
Outros ativos financeiros	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0
Total	4 600 000	0	0	0	0	0	4 600 000	0	0	0	4 600 000	0

O quadro seguinte identifica as participações das entidades não controladas, mensuradas ao custo de aquisição, cuja percentagem é inferior a 20%.

Q.18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital

Rubricas	Fração de Capital detido à data de relato	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições					Quantia Escriturada final
			Compra	Ganhos de justo valor	Outros	Total dos Aumentos	Alienação	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	Total das Diminuições	
Participações de Capital - ao custo												
Águas do Tejo Atlântico	3,47%	3 936 998	0		0	0	0		0	0	0	3 936 998
Taguspark	19,16%	4 524 667	0		0	0	0		0	0	0	4 524 667
EIA	2,85%	594 034	0		0	0	0		0	156 344	156 344	437 690
Fundação Marquês de Pombal	12,50%	99 750	0		0	0	0		0	0	0	99 750
FAM	84,00%	3 491 064	0		0	0	0		0	0	0	3 491 064
Total		12 646 513	0	0	0	0	0	0	0	156 344	156 344	12 490 169

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados considerados na NCP 19 do SNC-AP, dizem respeito a todos os encargos decorrentes com trabalhadores do Município com impactos futuros. Estes incluem, nomeadamente:

- Salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, nomeadamente relativo às contribuições de dezembro;
- Retribuições por trabalho extraordinário;
- Subsídio de refeição, férias e natal;
- Ausências por doença, maternidade/paternidade;
- Gratificações e outros prémios associados à avaliação do desempenho
- Ajudas de custos; e
- Outros suplementos remuneratórios.

No mapa seguinte foi registada a especialização dos custos suportados por conta de férias e subsídio de férias dos trabalhadores do Município, bem como as respetivas contribuições sociais, direitos estes adquiridos até 31 de dezembro.

Q.19.1 – Valor presente da obrigação de benefícios definidos

	Com fundo afeto	Com fundo afeto	Sem fundo afeto		Total
	Receitas Próprias	IEFP	Fundo C	Fundo D	
Valor presente da obrigação no início do período	9 978 251	69 907	0	0	10 048 158
Efeitos no período:					
Custo do serviço corrente	9 978 251	69 907	0	0	10 048 158
Custo de juros	0	0	0	0	0
Contribuições dos participantes do plano	0	0	0	0	0
Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	0
Benefícios pagos	0	0	0	0	0
Custo dos serviços passados	-9 978 251	-69 907	0	0	-10 048 158
Concentrações de entidades	0	0	0	0	0
Cortes	0	0	0	0	0
Liquidações	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Valor presente da obrigação no final do período	9 978 251	69 907	0	0	10 048 158

Q.19.3 – Gastos reconhecidos no período

Conta DR	Descrição	Valor
63011	Remuneração base	30 190
63012	Subsídio de férias	30 190
63015	Subsídio de refeição	858
63016	Gratificações e senhas de presença	13 787
63212	Subsídio de férias	3 460 837
63213	Subsídio de Natal	331
63215	Subsídio de refeição	243 990
63511	Caixa Geral de Aposentações	736 143
63512	Segurança Social - Regime Geral	1 764 590
63931	Pessoal a aguardar aposentação	182
632111	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	3 199 100
632114	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo	46 935
632204	Trabalho extraordinário	164 048
632206	Abono para falhas	10 001
632207	Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	10 985
632299	Outros abonos variáveis	78 093
6321199	Outros	257 897
Total		10 048 158

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Conforme estabelecido na NCP 20 do SNC-AP, é divulgada, neste ponto, a informação acerca das partes relacionadas, através da identificação das partes que o Município controla e a informação sobre a existência de transações entre o Município e as suas partes relacionadas.

Nos quadros seguintes, são mencionadas as entidades participadas e as transações efetuadas entre as partes relacionadas:

Q.20.1 – Listagem das entidades controladas

Entidade Participada	Morada	% Controlo		Controlo Final	Valor da Participação
		Direto	Indireto		
OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos	Piscina Oceânica de Oeiras, Estrada Marginal, Praia da Torre 2780-267 Oeiras	100,00%	0,00%	100,00%	930 426
PARQUES TEJO, Parqueamentos de Oeiras	Av. das Túlipas, nº 6 10º D/E Edifício Miraflores 1495-161 Algés	100,00%	0,00%	100,00%	6 415 930
SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Nº 19 Urbanização Moinho das Antas 2784 – 541 Oeiras	50,00%	0,00%	50,00%	109 943 376
MUNICÍPIA, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, Nº 11, 3º B Taguspark 2740-120 Porto Salvo	56,71%	0,00%	56,71%	1 939 960

Relativamente às transações entre partes relacionadas, dizem respeito a transferências de recursos ou obrigações entre o Município e as suas partes relacionadas, independentemente de ser ou não cobrado um preço. As transações que se verificaram durante o ano a que respeita o presente relato são as que se divulgam no seguinte mapa.

Q.20. 2 – Transações entre as partes relacionadas

Entidade Participada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% total das transações	
OEIRAS VIVA	Entidade Controlada	Aquisição de serviços de acordo com contrato de prestação de serviços "in house"	568 722	3,10%	180 743
		Aquisição de Fornecimento e Serviços Externos	25 191	0,14%	
		Subsídio à Exploração dos Equipamentos Desportivos sob Gestão da «OEIRAS VIVA»	654 313	3,56%	
		Transferência Resultados Negativos	113 681	0,62%	
		Taxas Municipais	172	0,00%	
		Receitas diversas	117	0,00%	
Parques Tejo	Entidade Controlada	Aquisição de Fornecimento e Serviços Externos	11	0,00%	233 682
		Aquisição de Outros Gastos	30	0,00%	
		Subsídio à exploração no domínio das contraordenações rodoviárias	710 943	3,87%	
		Subsídio à exploração no domínio da organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, no que se refere especificamente ao projeto SATUO	250 000	1,36%	
		Receita de transferência de competências para as autarquias	1 041 046	5,67%	
SIMAS	Entidade Controlada	Aquisição de Fornecimento e Serviços Externos - Água	1 714 270	9,34%	179 848
		Aquisição de Fornecimento e Serviços Externos - Diversos	104 281	0,57%	
		Taxa de Gestão de Resíduos	1 353 920	7,37%	
		Tarifa Fixa/Var. de Gestão de Resíduos Urbanos	10 431 994	56,81%	
		Subsídio concedido	500 000	2,72%	
		Receitas diversas	40 650	0,22%	
MUNICÍPIA	Entidade Controlada	Aquisição de Fornecimento e Serviços Externos	132 404	0,72%	24 749
		Subsídio concedido	720 000	3,92%	
Total			18 361 745	100%	619 022

Nota 21 – Relato por Segmentos

O relato por segmentos permite divulgar a informação financeira de forma a compreender o desempenho das principais atividades de uma entidade, aumentando a transparência do relato financeiro cumprindo as suas obrigações de prestação de contas.

Estando o Município em fase de implementação da Contabilidade de Gestão que cumpra o disposto na NCP 27, adotou-se como projeto piloto em 2024 a divulgação do desempenho das atividades do [Vinho Villa Oeiras](#) e da [Educação](#), no âmbito da transferência de competências. Após a implementação, em pleno, da Contabilidade de Gestão, serão divulgados os restantes segmentos relativos às principais atividades do Município.

Vinho Villa Oeiras

Em 1988 o Município de Oeiras assinou um protocolo de colaboração com a Estação Agronómica Nacional, dando sequência a um plano de recuperação do vinho de Carcavelos, que passou pela replantação da vinha, dando consistência à produção do vinho de Carcavelos. Assim, pela primeira vez na história do poder local em Portugal, uma autarquia assumiu uma posição relevante na produção de um produto vitivinícola.

Em 1997, foi renovado o protocolo, obtendo uma maior participação, prevendo a recuperação do edifício do Casal da Manteiga para Adega. Este investimento foi totalmente assumido pelo Município e, em 2001, inauguraram-se as novas instalações da Adega do Casal da Manteiga com um lagar para produção de vinho, totalmente equipado.

Foi delineado um plano de investimentos, dotando a Adega do Casal da Manteiga de uma ampla área de estágio em madeira, tendo-se adquirido cerca de 600 pipas para o envelhecimento do vinho, quando, em 2006, na revisão do protocolo, o Município assumiu a exclusividade da exploração das vinhas da Estação Agronómica Nacional. Em 2012, com a recuperação do Palácio do Marquês de Pombal e do jardim onde se encontra a Adega do Palácio, é ampliada a área de estágio em madeira, aumentando o número de pipas para cerca de 1500.

Hoje, o Vinho Villa Oeiras é um produto reconhecido e respeitado possuindo mérito nacional e internacional, muito devido a este esforço de recuperar o passado, respeitando-o e trazendo-o até aos nossos dias.

Atualmente, o Município tem a missão de contribuir para a preservação e recuperação do património material e imaterial do Concelho, garantindo a excelência do Vinho Villa Oeiras em todos os processos produtivos e comerciais, assim como, garantir a oferta de um produto exclusivo da região com elevada e reconhecida qualidade.

Torna-se assim relevante apurar todos os custos de produção e comercialização do Vinho Villa Oeiras, para suporte à gestão sustentável do projeto.

As etapas da produção vinícola variam para cada produto. Os vinhos mais sofisticados certamente passarão por mais etapas na sua elaboração até que se obtenha um produto mais requintado, enquanto os demais têm menor estágios de produção.

Da produção até à comercialização do vinho as etapas passam pela colheita, desengace e esmagamento, prensagem, fermentação (o vinho é obtido pela fermentação alcoólica de uvas frescas), trasfega (passagem

de 70% a 80% dos sedimentos para o fundo do recipiente), amadurecimento e engarrafamento. O processo de produção de vinho tem enorme influência na qualidade do resultado final.

A casta das uvas, as condições do solo e do clima são fatores essenciais, a par do processo de produção, que dura desde a preparação da vindima até ao engarrafamento.

Preparar a vindima

Cerca de um mês antes da data habitual de vindima, recolhem-se aleatoriamente bagos na vinha, para que se possa, com as amostras recolhidas, aferir os vários parâmetros como o peso dos bagos, o teor de açúcares, o álcool provável, a acidez e o pH, imprescindíveis para determinar qual o estado de maturação da uva. Após a vindima, e uma vez chegadas à adega, as uvas são conduzidas para um desengaçador/esmagador.

Fermentação

A fermentação alcoólica ocorre quando se transformam açúcares em etanol (álcool), energia (calor) e gás, além de produtos secundários. Por forma a se conseguir produzir um vinho licoroso, como os de Villa Oeiras, a fermentação é interrompida sensivelmente a meio do processo garantindo assim a manutenção dos açúcares naturais do mosto da uva e aumentando o seu teor alcoólico pela adição da aguardente vínica.

Decantação

Uma vez concluída a fermentação passa-se para o processo de decantação onde, com tempo frio correspondendo regularmente aos meses de inverno, se promove a precipitação das partículas sólidas que se encontram em suspensão do vinho.

Após este processo o vinho é “passado a limpo”, ou seja, removido das borras precipitadas, e encontra-se preparado para iniciar o seu estágio em madeira.

Envelhecimento (manutenção e tratamento do vinho)

A fase final do processo de vinificação envolve o envelhecimento e o engarrafamento do vinho. Após a decantação, o vinho é trasfegado das cubas de inox para as barricas de madeira, onde vai estagiar o tempo necessário para poder ser um Vinho Villa Oeiras, que neste caso são no mínimo dois anos. Este período, no nosso projeto, corresponde a um prazo nunca inferior a 5 anos existindo no mercado o vinho de 7 anos como

o vinho mais novo. O Município utiliza as tradicionais barricas de 225Lt, de Carvalho Francês, Português e Castanho Português.

Engarrafamento

O resultado de qualidade de um vinho pode ser ditado em qualquer fase da sua produção e termina no engarrafamento, onde dois fatores não devem ser ignorados: a escolha da garrafa e da rolha. É nesta fase que, após a elaboração do lote que vai ser utilizado que se prepara a filtração e eventual estabilização, quando necessária.

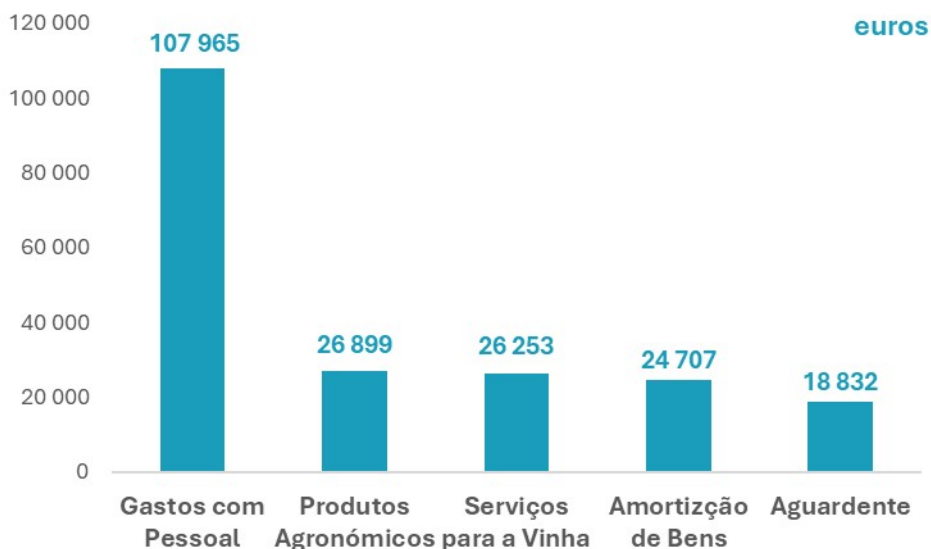
Uma vez que o período agrícola de produção de vinho difere do exercício contabilístico, os apuramentos no presente relatório referem-se ao período entre outubro de 2024 e setembro de 2025.

Gastos de produção

Os gastos de produção abrangem todos os custos relacionados com a vinha e a produção de uva. Estes incluem despesas com produtos agronómicos para o crescimento da uva, serviços de enologia e viticultura e aguardente, além de custos indiretos associados, como pessoal afeto à produção e a amortização dos bens dedicados à atividade:

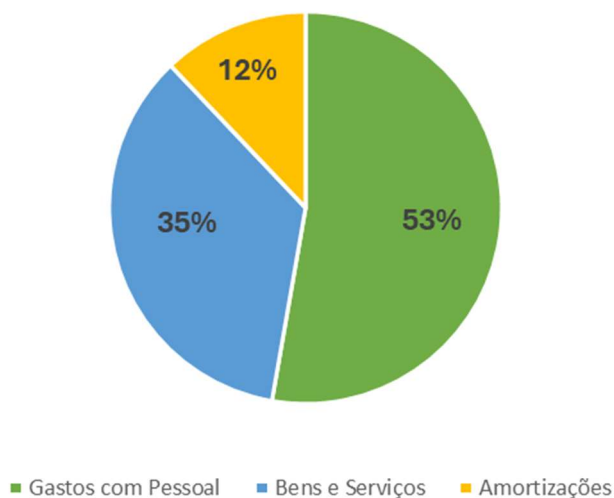
- Gastos com pessoal afeto à produção (53%);
- Produtos agronómicos consumíveis (13%)
- Serviços de enologia e viticultura para a vinha (13%);
- Amortização de bens afetos à produção (12%);
- Aguardente (9%).

Gráfico 1 - Gastos de Produção de Vinho



Os gastos totais com a produção de vinho no período somam 204,7 mil euros, sendo que cerca de metade dos mesmos dizem respeito a gastos com o pessoal operacional afeto à produção de vinho e trabalho na vinha. A aquisição de bens e serviços para a vinha e aguardente, juntos representam cerca de 35% dos custos associados à vinha e produção de uva. Considerando que, na última colheita foram produzidos aproximadamente 52,6 mil litros de vinho, e dos quais 18,6 mil litros foram utilizados para produzir vinho IGP (sem aguardente), o custo unitário de produção de vinho IGP ascende a **3,53€/litro**, enquanto o custo unitário de produção de vinho licoroso (acrescido de 8,5 mil litros de aguardente) ascende a **3,97€/litro**. O aumento do custo unitário de produção, face à última colheita deve-se ao facto de ter havido uma redução na quantidade de vinho produzida em 2024/2025, em cerca de 43%.

Gráfico 2 - Distribuição dos gastos de produção de vinho

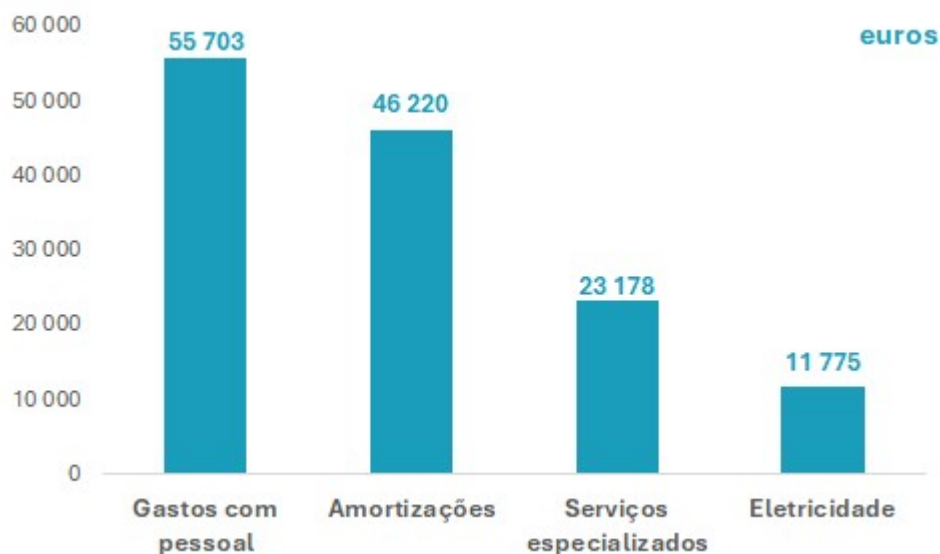


Gastos de Envelhecimento

Após a produção, o vinho é armazenado por um período até ser engarrafado e comercializado. Este processo envolve diversos custos, incluindo o pessoal responsável pelo tratamento do vinho já produzido, a amortização dos equipamentos utilizados, serviços de manutenção dos equipamentos, serviços especializados de controlo de qualidade, bem como consumo de eletricidade. No período em análise, estes custos totalizaram 136,9 mil euros:

- Gastos com Pessoal (41%);
- Amortizações (34%);
- Serviços especializados (17%);
- Eletricidade (8%).

Gráfico 3 - Gastos de Envelhecimento



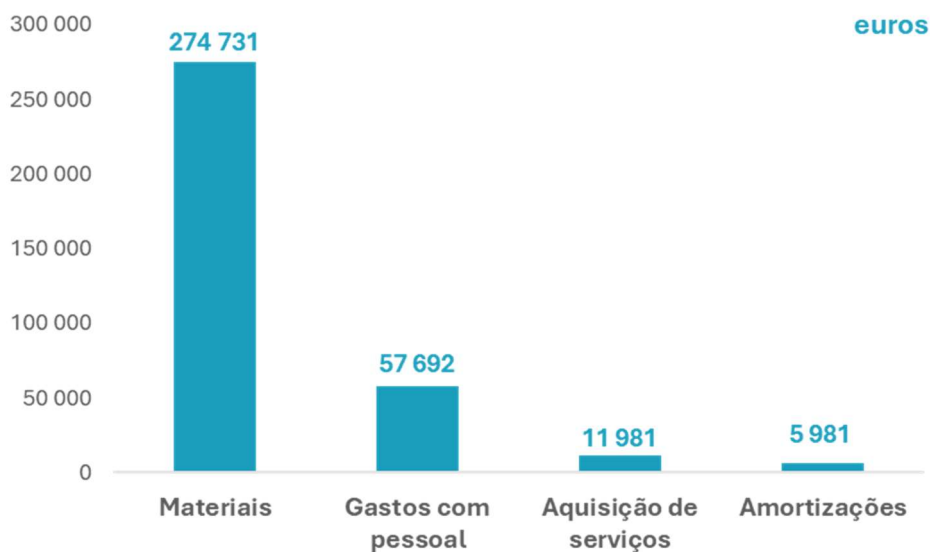
Considerando que, ao final do período em análise, havia 409,2 mil litros de vinho apto para engarrafamento em stock, estima-se que o custo unitário para o envelhecimento e manutenção desse vinho seja de aproximadamente **0,33€/litro**. Ressalva-se que, para o cálculo do custo unitário, foram incluídas as quantidades de vinho apto pertencentes ao INIAV, uma vez que o Município assume os custos da sua manutenção e envelhecimento.

Gastos de Engarrafamento

Após a produção e armazenamento em barricas, o vinho deve ser engarrafado para posterior comercialização. Para isso, o Município necessita de adquirir diversos materiais de engarrafamento, incluindo garrafas, rolhas, serigrafias e rótulos, entre outros. Além disso, são contratados serviços externos, tanto para o processo de engarrafamento quanto para a certificação do vinho, que passa de apto a certificado. Desta forma, os gastos nesta etapa foram os seguintes:

- Materiais (78%);
- Gastos com pessoal (17%);
- Aquisição de serviços (3%);
- Amortização de bens afetos ao engarrafamento (2%).

Gráfico 4 - Gastos de Engarrafamento

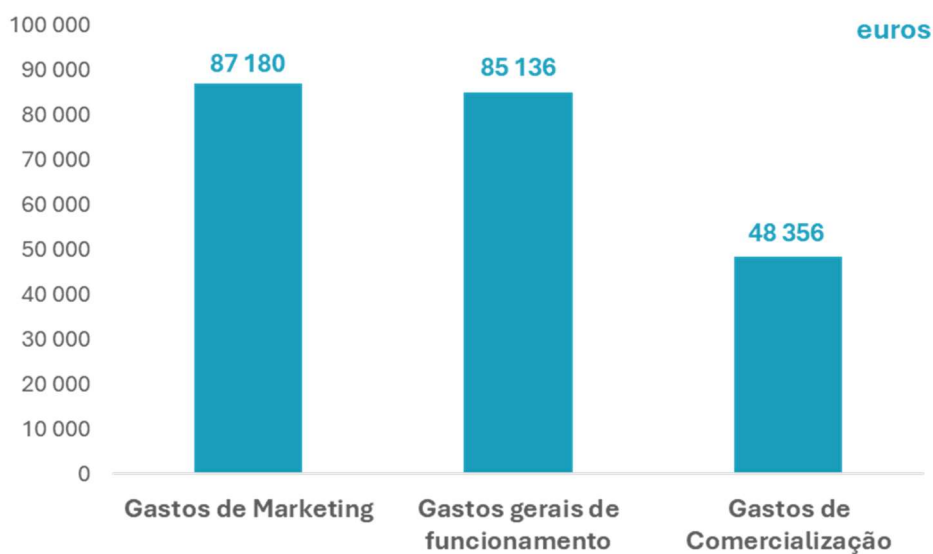


Os custos de engarrafamento durante o período em análise totalizaram 350,4 mil euros. Considerando que, neste mesmo período, foram engarrafados aproximadamente 32,7 mil litros de vinho, o custo unitário do engarrafamento é estimado em cerca de **10,70€/litro**.

Gastos de Funcionamento, Marketing e Comercialização

Para determinar todos os custos com a atividade do Vinho Villa Oeiras, é essencial também considerar os gastos gerais de funcionamento, bem como as despesas com marketing e comercialização. No período em análise, esses gastos totalizaram 220,7 mil euros.

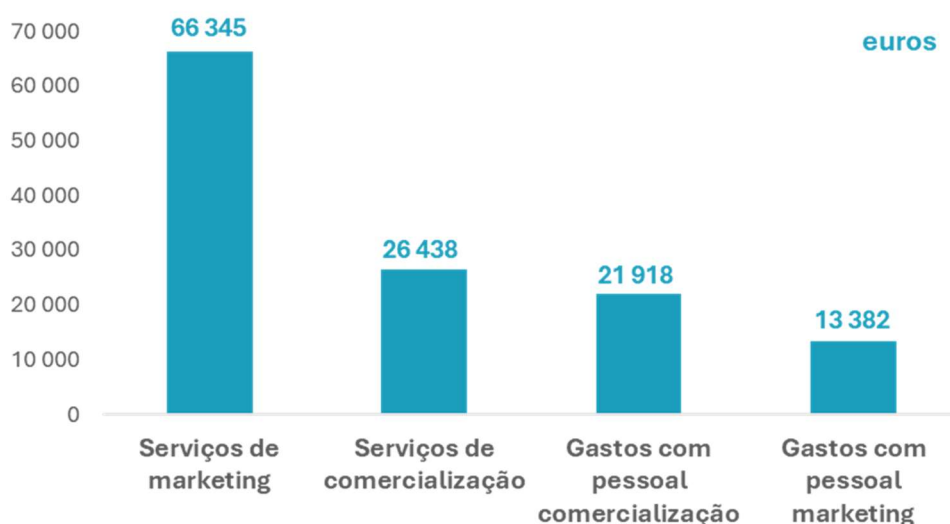
Gráfico 5 - Gastos de Funcionamento, Marketing e Comercialização



Os gastos de funcionamento referem-se essencialmente às despesas com pessoal administrativo, que está indiretamente envolvido na produção de vinho, bem como à amortização de bens administrativos, totalizando aproximadamente 85,1 mil euros.

Quanto aos gastos com Marketing e Comercialização, incluem-se diversas aquisições de serviços, tais como stands de comercialização, divulgação em eventos, documentários e brochuras, entre outros. Também os gastos com pessoal administrativo e a amortização de bens foram contabilizados neste apuramento, totalizando 135,5 mil euros.

Gráfico 6 - Gastos com Marketing e Comercialização



Custo do produto final

O Município comercializa diversos tipos de garrafas de vinho, que variam conforme o tipo de vinho, a antiguidade, o tamanho e outros fatores, nomeadamente as edições especiais. Assim, foram apurados os custos unitários de cada tipo de garrafa de vinho comercializada pelo Município, considerando todos os fatores mencionados, como antiguidade, tipo de vinho, materiais utilizados, entre outros. Os valores podem ser verificados no quadro abaixo:

Quadro 1 - Custo do produto final

Produto final	Custo produto final
Villa Oeiras Branco 15 blend - tubo 6 cl	2,57 €
Casal da Manteiga Branco 75 cl	6,11 €
Villa Oeiras Branco 7 blend 75 cl "Família Solidária"	6,19 €
Villa Oeiras Branco 7 blend - tubo 6 cl	2,44 €
Villa Oeiras Coffret com 3 tubos 6 cl	10,44 €
Villa Oeiras Branco (Little Sumo) 7 blend 37,5 cl	7,55 €
Villa Oeiras Branco (Little Sumo) 7 blend 75 cl	10,69 €
Villa Oeiras Branco (Little Sumo) 15 blend 37,5 cl	8,21 €
Villa Oeiras Branco (Little Sumo) 15 blend 75 cl	12,38 €
Casal da Manteiga Branco IGP Garrafeira 2020 Ensaio 75 cl	5,95 €
Villa Oeiras Colheita 2012 50 cl	35,57 €
Villa Oeiras Colheita - Tubo 2012 6 cl	2,31 €
Villa Oeiras 7 Blend 75 cl "Sport Lisboa Benfica"	6,20 €
Villa Oeiras 7 Blend 75 cl - Eventos / Catering / CMO	4,88 €
Villa Oeiras Tinto Blend 10 Anos 50cl	5,58 €
Villa Oeiras "Guitarras do Marques" Colheita 2010 - 50 cl	28,82 €
Villa Oeiras Superior Sample 75 cl	6,54 €
Villa Oeiras Colheita 2012 Branco - Special Edition Bugio 1924 Pharoos 50 cl	36,39 €
Villa Oeiras Colheita Branco Tubo 2014 - 6 cl	2,27 €
Villa Oeiras Colheita 2014 50 cl	35,25 €
Villa Oeiras Tinto "Little Sumo" 12 Anos 750 ml	11,42 €
Villa Oeiras Tinto "Little Sumo" 12 Anos 375 ml	7,42 €
Villa Oeiras Tinto Tubo 12 Anos 0,06 ml	2,29 €

Rendimentos

O Município comercializa diversos tipos de produtos relacionados com o vinho. Além das garrafas, tubos de degustação e copos de vinho, são vendidos outros itens, nomeadamente, saca-rolhas, aventais, entre outros. O enoturismo e as visitas também geram rendimentos associados ao projeto do Vinho Villa Oeiras.

Contudo, a maior parte dos rendimentos relacionados com o projeto provém da venda de garrafas de vinho, totalizando aproximadamente 461,8 mil euros. Os produtos mais procurados são as garrafas de 75cl de 15 e 7 anos, seguidas das garrafas de 37,5cl de 15 e 7 anos. Também as garrafas de Vinho Casal da Manteiga tiveram um maior nível de procura face às restantes garrafas.

O Município arrecadou ainda cerca de 13,2 mil euros com outros produtos relacionados, como vendas de vinho a copo, enoturismo e a venda de consumíveis relacionados com a atividade, totalizando 475 mil euros de rendimentos com a atividade do vinho no período em análise.

Resultados

Os gastos totais referentes a todas as etapas da produção de vinho mencionadas anteriormente somaram 912,6 mil euros no período em análise. Por outro lado, os rendimentos associados à atividade do vinho alcançaram 475 mil euros, resultando num saldo negativo de aproximadamente 437,6 mil euros.

Embora os resultados sejam negativos, é importante destacar que o projeto tem grandes quantidades de vinho apto em stock. Esse vinho, devidamente valorizado, representa um potencial de comercialização elevado, o que poderá, no futuro, após o envelhecimento, gerar resultados positivos.

Educação

Com a transferência de competências da área da Educação para os municípios, foi efetuada uma reestruturação da estrutura da contabilidade de gestão nesta subfunção, por forma a obter informação mais detalhada, quer sobre as diferentes vertentes das competências transferidas, quer sobre os próprios agrupamentos e escolas do Município.

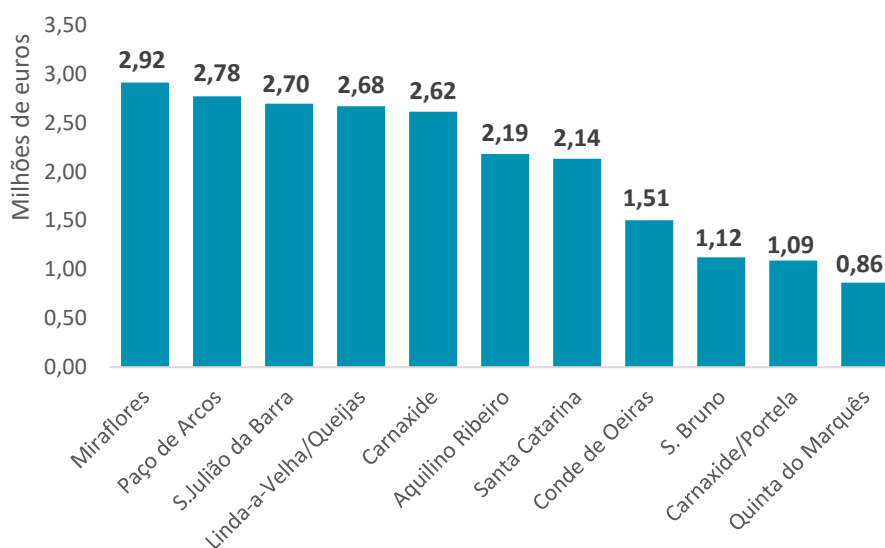
Conforme mencionado anteriormente no presente relatório, em 2025, os gastos com a Educação ascenderam aos 29,9 milhões de euros, dividindo-se da seguinte forma:

Quadro 2 - Custos Gerais Educação

	Custo
Escolas	22 605 002
IPSS's	167 488
Serviços Municipais	1 542 203
Projeto/Ações educativos	5 551 302
Total Educação	29 865 996

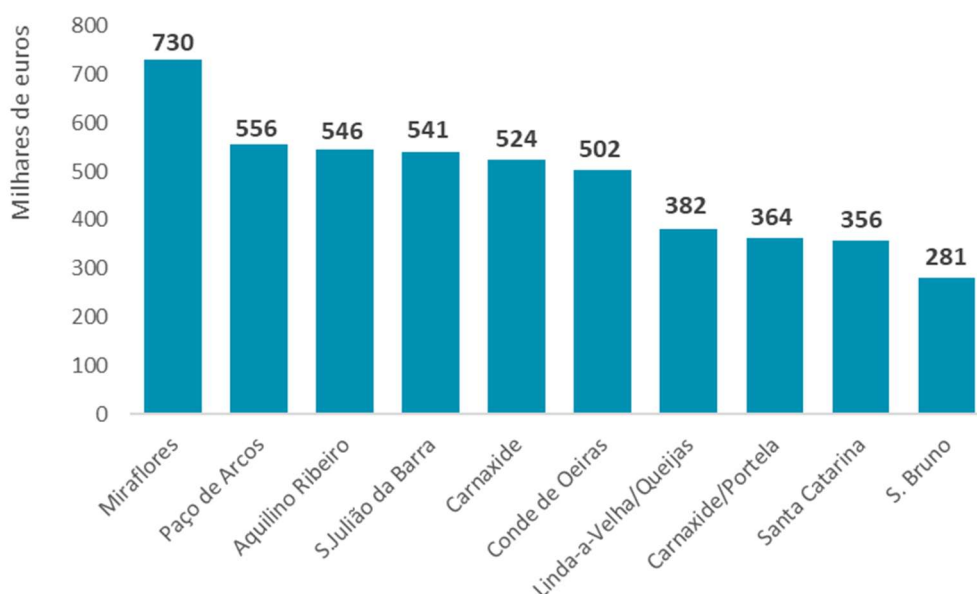
Cerca de 75% dos gastos com a Educação estão relacionados com as Escolas e Agrupamentos. Como podemos ver no gráfico seguinte, os agrupamentos de Miraflores e Paço de Arcos são os que mais gastos registaram no ano de 2025, com cerca de 2,9 e 2,8 milhões de euros, respetivamente, sendo de referir que o agrupamento de Miraflores envolve 4 escolas, e o agrupamento de Paço de Arcos 5 escolas. O agrupamento de Carnaxide/Portela, por sua vez, é o agrupamento com menor valor de gastos em 2025, com cerca de 1,1 milhões de euros, distribuídos por apenas 3 escolas. De referir que a Quinta do Marquês é uma escola secundária que não pertence a qualquer agrupamento. São ainda de destacar os agrupamentos de Linda-a-Velha Queijas e Santa Catarina, sendo que são os agrupamentos com o maior número de escolas (7 e 6, respetivamente).

Gráfico 7 - Gastos por agrupamento



Visto que os gastos com os agrupamentos são influenciados pelo número de escolas de cada agrupamento, no gráfico seguinte é possível verificar o gasto médio por escola de cada grupamento. Da leitura do gráfico, conclui-se que o agrupamento de S. Bruno possui o menor gasto médio por escola, com cerca de 281 mil euros por cada uma das suas 4 escolas. Por sua vez, o agrupamento de Miraflores é o que apresenta o maior gasto médio por escola, com 730 mil euros nas suas 4 escolas. De destacar mais uma vez o agrupamento de Santa Catarina, que com 6 escolas registou um gasto médio por escola de apenas 356 mil euros.

Gráfico 8 - Gastos médios por escola



Os gastos dos agrupamentos subdividem-se em diferentes categorias, conforme apresentado no quadro seguinte. Os gastos com o pessoal não docente representam cerca de 56% do total de gastos com as escolas, seguido dos gastos com o fornecimento de refeições, com um peso de 21%.

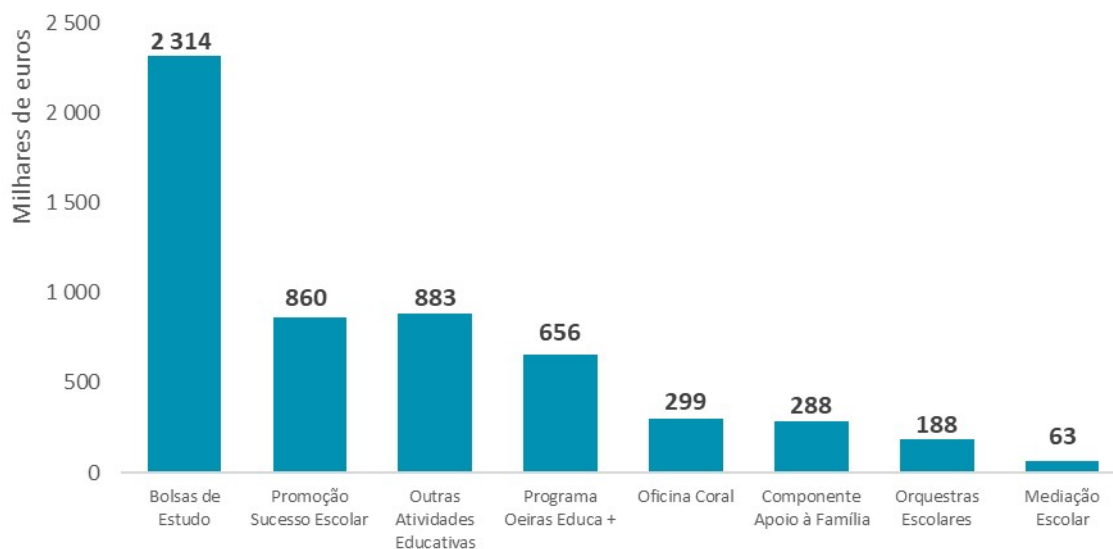
Quadro 3 - Gastos por Natureza

Gastos com Pessoal	12 595 066
Fornecimento de Refeições	4 677 018
Amortizações	2 448 812
Gastos de Funcionamento	2 026 807
Conservação das Instalações	549 253
Ação Social Escolar	136 509
Transporte Adaptado	69 849
AEC´s	46 509
Apetrechamento	45 249
AAAF´s	9 929
Total Escolas	22 605 002

Os gastos de funcionamento dizem respeito a gastos gerais dos edifícios escolares, como eletricidade, gás, água, entre outros, e representam cerca de 9% dos gastos das escolas. Por sua vez, a amortização dos bens escolares possui também uma quantia de gastos relevante, com cerca de 11% dos gastos escolares em 2025.

Além dos gastos com as escolas, o Município conta ainda com algumas iniciativas e projetos educativos que elevam o nível da Educação em Oeiras. Estas diferentes iniciativas totalizaram 5,5 milhões de euros em 2025, dos quais cerca de 2,3 milhões de euros são referentes às diferentes Bolsas de Estudo fornecidas pelo Município (para Múncipes, para estudantes PALOP, para Docentes, e Bolsas de Mérito). No gráfico seguinte é possível averiguar os gastos com os diferentes projetos e iniciativas do Município na área da Educação.

Gráfico 9 - Gastos com Projetos Educativos



Os serviços municipais do Departamento de Educação acumularam um total de 1,5 milhões de euros em gastos com o pessoal, com material e com a amortização de bens administrativos. Cada um destes serviços municipais presta o apoio necessário às escolas para o seu bom funcionamento, e são também responsáveis pelas iniciativas educativas mencionadas anteriormente.

Quadro 4 - Gastos dos Serviços Municipais - Educação

	Pessoal	Bens e Amortizações	Requisições de Material	Custo Total
DE	459 515	1 452	1 284	462 251
DDPE	197 844	0	0	197 844
UIPE	97 609	0	0	97 609
DPGRE	156 704	147 891	5	304 600
DGREAE	311 259	25 680	0	336 939
UGPND	94 493	0	48 467	142 960
Total	1 317 424	175 023	49 756	1 542 203

Outras Divulgações

Conforme divulgado na nota referente à NCP 4, o único contrato de concessão existente ao abrigo da referida norma é com a entidade E-Redes, referente à distribuição de eletricidade de baixa tensão. Contudo, divulga-se ainda todos os contratos de cedência de exploração, vulgos concessões não abrangidas pela NCP 4, que se elencam no quadro seguinte:

Acordos de Concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão
Contrato de Concessão de Exploração de 11/11/1998, relativo ao Espaço Comercial localizado na Rua João Maria Porto n.º 68, no Bairro da Encosta da Portela	Adelino Sanches Fortes	-	Até 10 anos (revisão em curso)
Contrato de Concessão de Exploração de 25/10/2005, com início em 01/10/2005 e Adenda ao Contrato de Exploração de 20/09/2012 relativo ao Pavilhão Pér gula sito no Sistemas McDonalds Portugal, Lda. Parque Municipal de Santo Amaro de Oeiras		-	Até 20 anos » Fim contrato 30/09/2025
Contrato de Concessão de Exploração de 24/11/2009, relativo à Loja 3 do Palácio do Egipto, situado no Largo 5 de Outubro, no centro histórico de Oeiras	Zenith Celebration, Lda.	-	Até 20 anos
Acordos de Concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão
Contrato de Concessão de uso privativo n.º 357/2020, relativo à exploração do bar-cafetaria, com possibilidade de instalação de esplanada, localizado no Parque Urbano de Miraflores	Lisbon Memory, Lda	-	15 anos
Contrato de Concessão de Exploração de 19/01/2010, relativo à Restauração/Cafetaria Caravela D'Ouro, sito no Jardim de Algés		-	Até 30 anos
Concessão de Uso Privativo n.º 454/2021, para instalação e exploração de um espaço de restauração e bebidas no edifício designado "Pavilhão do Jardim" no Jardim Municipal de Avelar & Teixeira, Lda.		-	15 Anos Até 20 anos »
Contrato de Concessão de Exploração n.º 187/2013, relativo ao Bar/Restaurante/Esplanada sito no Forte de São Bruno em Caxias		-	Fim contrato 31/07/2025
Concessão de Uso Privativo para exploração n.º 478/2021, relativo à exploração do Octógono e respetiva área sita no Jardim de Oeiras com entrada pela Rua Desembargador	Sunday Spring, Lda.	-	15 Anos
Contrato de Concessão de Exploração n.º 179/2014, de 1 de setembro, relativo ao Mercado Municipal de Algés para exploração de serviços de restauração e bebidas		-	15 anos
Concessão de Uso Privativo para exploração n.º 688/2021, para exploração da cafetaria e respetiva esplanada, instalação de equipamento desportivo e utilização do edifício de apoio,	Launch Box, Lda.	-	15 Anos
Contrato de Concessão de Exploração n.º 170/2015, relativo ao direito de exploração de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações		-	15 Anos
Concessão do direito de uso privativo n.º 842/2021 relativo ao espaço público para a exploração de 16 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos normais em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras	Green Charge - Mobilidade Elétrica, Lda	-	8 Anos
Contrato de Concessão de Exploração n.º 106/2019, de 31 de julho, relativo ao Pavilhão Ribamar em Algés para exploração de serviços de restauração e bebidas		-	20 anos
Contrato de concessão de uso privativo 03-DT-2021, 19 julho 2021, relativo a parcela do domínio público que integra o edifício denominado "Pavilhão Oceano à Vista"	Sarrau Alonso e Costa, Lda.	-	15 Anos
Cessão de Posição Contratual n.º 309/2020 - Concessão de uso privativo n.º 1 ES/GD-2015, de 6 de maio 2016, relativo a uma parcela do domínio público, sita na Praça de São Pedro		-	20 Anos
Contrato de Posição Contratual n.º 17/2025, 22 janeiro da Concessão de Uso Privativo n.º 122/2024, 25 março relativo a um equipamento de praia a ser concebido e construído pela concessionária, com possibilidade de implantação de esplanada na Praia de Paço de Life Solutions, Lda)	Addmore One, Lda. (anterior Inspire de Life Solutions, Lda)	-	20 anos
Contrato de Concessão de Exploração n.º 4/2017 e Contrato n.º 161/2020, relativo ao Mercado Municipal de Tercena para comércio		-	Até 30 anos
Contrato de concessão de uso privativo n.º 174/2025, 19 março, relativo a equipamento de praia sito na Praia de Santo Amaro de Oeiras, Beach Valley	Coragem e Baião, Lda.	-	20 anos
Contrato de Concessão n.º 309/2020 - Concessão de direito de uso privativo de espaço público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos e locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras		-	Até 10 Anos
Contrato de concessão de uso privativo n.º 578/2025, 21 julho, relativo a equipamento instalado em parcela do domínio público hídrico junto ao Forte de São Bruno	Milk&Black Communication, Lda e 3 MSKTRS, Lda	-	20 anos
Concessão de direito de uso privativo de espaço público n.º 345/2020 e adenda n.º 59/2022, relativo à instalação de 14 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras	Energy, SA (anterior Cap Power, SA)	-	Até 10 Anos
Escritura Pública Concessão Uso Privativo Livro 153, de 28 de Abril de 2005 e Escritura Pública Cessão de Posição Contratual de Contrato de Concessão de Uso Privativo Livro 533, de 15 de março de 2019, relativa a parcela de terreno do domínio municipal sita na Freguesia de Porto Salvo.	Condense & La Rosa, Lda	-	20 anos

No decurso do exercício de 2025, foi formalizado o início do processo de extinção dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora (SIMAS), do modelo gestor atual, após a proposta favorável da Câmara Municipal de 19 de março de 2025 (Proposta n.º 253/25), a Assembleia Municipal de Oeiras, em Sessão Extraordinária realizada a 27 de maio de 2025, aprovou por maioria a referida extinção (Deliberação n.º 82/2025).

A decisão de extinguir o SIMAS, que ainda não mereceu qualquer pronúncia por parte do Município da Amadora, prevê criar a entidade Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras (SMAS de Oeiras), e outra entidade a criar pelo Município da Amadora. Por parte do Município de Oeiras a decisão contou com uma ampla base de apoio institucional, tendo sido aprovada com 26 votos a favor dos diversos grupos políticos municipais e submetida a aprovação em minuta por unanimidade dos presentes na referida sessão.

Esta reorganização estrutural visa substituir o atual modelo de intermunicipalização — considerado esgotado face aos desafios de gestão do setor — por um modelo de gestão municipalizada direta. A internalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento permitirá ao Município de Oeiras uma maior agilidade operacional e autonomia estratégica, com a conclusão do processo de transição prevista para 1 de janeiro de 2026.

O processo é suportado por um estudo técnico-financeiro que atesta a rentabilidade da nova estrutura. Destacam-se as seguintes projeções para os SMAS de Oeiras no período 2025-2029:

- Volume de Negócios: Estimativa de superar os 40 milhões de euros em 2027;
- Margem de EBITDA: Projeção em torno dos 26,2%, assegurando a cobertura de encargos financeiros e amortizações;
- Capacidade de Investimento: Plano estruturante de 32 milhões de euros para o quinquénio, com disponibilidades médias anuais de 3,9 milhões de euros para autofinanciamento e manutenção.

Por fim, importa referir que apesar de estar previsto um novo modelo de organização e de gestão dos Serviços de Água e Saneamento, não está em causa a continuidade da prestação dos serviços nem da participação financeira do Município.



O Presidente da Câmara,

O Vice-Presidente,

Isaltino Morais

Francisco Rocha Gonçalves

A Vereadora,

O Vereador,

O Vereador,

Sílvia Breu

Pedro Patacho

Armando Soares

A Vereadora,

O Vereador,

A Vereadora,

Teresa Bacelar

Nuno Neto

Susana Duarte

A Vereadora,

A Vereadora,

O Vereador,

Mariana Campos Coelho

Ana Sofia Antunes

Pedro Frazão

Diretora Municipal

Diretor de Departamento
Contabilista Público

Chefe de Divisão

Paula Saraiva

Bruno Miguel Mouco

Ana Mafalda Loureiro

20
25

MUNICÍPIO DE OEIRAS

Largo Marquês de Pombal
2784-501 Oeiras
PORTUGAL

TEL. GERAL: 214.408.300
FAX. 214.418.712
email. municipio.oeiras@oeiras.pt

www.oeiras.pt

www.facebook.com/MunicipiodeOeiras
<http://twitter.com/MunicipioOeiras>
<http://issuu.com/municipiodeoeiras>
www.youtube.com/MUNICIPIODEOEIRAS

GPS: Lat 38.41'34.44"N | Long. 9°18'52.54"O